



Anais da Assembléia

AVULSO

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 08 DE MAIO DE 1981

ANO VI

Mensagem Governamental:

MENSAGEM Nº 39/81

Curitiba, 30 de abril de 1981

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de Lei Complementar que dispõe sobre o novo Estatuto da Polícia Civil do Estado.

O Plano de Lei ora submetido a essa augusta Casa de Leis é altamente significativo e consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que, aprimorando e consolidando a atual legislação pertinente, virá dotar a Polícia Civil do Estado do Paraná de estrutura orgânica e diploma legal básico plenamente capazes de ensejar condições no sentido de ser obtida expressiva dinamização das atividades públicas no campo da Segurança Pública.

A inclusa cópia autêntica do ofício n.º 304/81, de 31 de março de 1981, da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da justificativa a ele apensada, apresentam o devido detalhamento sobre a necessidade da medida proposta.

Certo de que a proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de estima e consideração.

a) NEY BRAGA

Governador do Estado

Ofício da Secretaria de Estado da Segurança Pública

Gabinete

Nº 304/81-GB

Curitiba, 31 de março de 1981

Senhor Governador:

A Polícia Civil do Estado do Paraná vem, há muitos anos, reivindicando um Estatuto próprio que englobe deveres, vantagens e toda a gama de peculiaridades a ela inerentes.

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, o Anteprojeto que ora está sendo encaminhado a vossa consideração é o resultado de um trabalho exaustivo, realizado por funcionários desta Pasta, representados pelas diversas categorias funcionais que integram o Quadro de Servidores da Polícia Civil e por técnicos indicados pelo Senhor Secretário de Estado dos Recursos Humanos.

A Lei Complementar n.º 3, de 14 de maio de 1974, ainda em vigor, apresentou, durante a sua aplicação, uma série de falhas que foram corrigidas no Anteprojeto de que trata este expediente.

A justificativa nele inserida, demonstra, por si só, as importantes modificações introduzidas, quase todas elas voltadas para o fortalecimento da hierarquia, da disciplina e simplificação dos Procedimentos Administrativos destinados a esses fins.

Naquele Diploma Legal ficam os servidores policiais civis vinculados, ainda, à Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado, o que tem acarretado, até esta data, embaraços na aplicação de ambas as legislações.

Reconhecemos, Senhor Governador, que este trabalho só pode ser concluído de forma compatível à atender os anseios de todos os servidores policiais civis do Paraná, graças a sensibi-

lidade de Vossa Excelência, que é um profundo conhecedor dos assuntos da segurança pública.

Ao ensejo em que apresentamos a Vossa Excelência os nossos agradecimentos, renovamos protestos de estima, consideração e respeito.

a) HAROLDO FERREIRA DIAS

Secretário de Estado

JUSTIFICATIVA:

A Constituição do Estado do Paraná em seu art. 56, preceitua a organização da Polícia Civil, mediante a elaboração do Estatuto próprio, estabelecendo:

I — Carreiras em todas as categorias funcionais;

II — Órgão colegiado específico com atribuições, entre outros que a lei estabelecer, para controle;

a) do ingresso e acesso nas diversas carreiras;

b) do regime disciplinar.

III — Integração dos cargos da carreira de Delegado de Polícia Civil.

IV — Provimento dos cargos da carreira de Delegado de Polícia por bacharel de Direito, processando-se o ingresso na classe inicial mediante concurso público de provas e títulos, inclusive nas sedes comarca.

Com base no aludido preceito constitucional, a vigente Lei Complementar n.º 3, de 14 de maio de 1974, estabelece uma aplicação parcial do ordenamento jurídico-administrativo, pelo qual regem-se os servidores policiais civis implicitamente no seu relacionamento com o Estado.

A relativa abrangência desse ordenamento, a demandar a aplicação do disposto na Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado), veio tornar complexa e sistemática jurídico-administrativa incidente na relação do servidor policial civil — Estado. A desvinculação dos policiais civis do referido Diploma Legal, disciplinador da vida funcional dos funcionários civis em geral, impõe-se urgentemente pelos entraves do dia a dia, convindo referir, dentre outros, a situação dos servidores em estágio probatório ainda não abrangidos pelo estatuto policial, representando significativo óbice a impedir uma melhor fiscalização dos requisitos a que o policial deve cumprir no período do estágio.

Assim, este anteprojeto procura sanar as dificuldades atuais de melhor institucionalizar o organismo policial civil, atendendo de "per se" a multiplicidade de direitos e deveres, em equilibrada inserção de instrumentos facilitadores do melhor desempenho funcional, até da ação ínsita à responsabilidade dos órgãos de cúpula policial.

A legislação de pessoal contida neste anteprojeto não discrepa do atual tratamento dispensado ao funcionalismo civil do Estado, mantendo-se contudo as peculiaridades da área policial civil. É de mencionar a inclusão do direito à pensão especial, dos dependentes do servidor falecido, nos moldes da legislação em vigor.

Relativamente ao pessoal aposentado prevê este anteprojeto a adoção do sistema vigente, remetendo-se a legislação atual que regula a matéria.

Com relação às carreiras policiais civis, o anteprojeto consubstancia a criação da carreira de carcereiro, extremamente necessária em face das responsabilidades a que se envolvem os administradores das inúmeras cadeias públicas do Estado, como ainda, dispõe, pela criação das carreiras de Técnicos e Auxiliares de Manutenção Policial, para o exercício de atividades especializadas de assistência técnica e segurança de viatu-

ras policiais. A transposição dos atuais investigadores criminais para a carreira de Detetive visa tornar mais efetiva pela redução do escalonamento hierárquico, o trato operacional entre o Delegado de Polícia e os agentes da autoridade policial e, também, melhor ajustar o nivelamento profissional de carreiras afins.

O ajustamento ora proposto, nas carreiras integrantes do Quadro da Polícia Civil, permitirá adequar o exercício das complexas atividades policiais civis, com o objetivo crescente de criar condições de trabalho satisfatórios ao longo de perfis de desempenhos bem definidos.

A par dessa providência, o aproveitamento, no mesmo Quadro, de antigos servidores estatutários que labutam há mais de dois anos na Polícia Civil, em funções típicas das carreiras auxiliares policiais, revela-se medida de extrema relevância, pois garantirá a esses servidores a obtenção das vantagens da ascensão profissional estruturada decorrente do merecimento funcional.

Convém assinalar a adoção de novos ritos procedimentais disciplinares, no tocante aos prazos vigentes e ao ordenamento racional da matéria explicitada no capítulo que trata do regime disciplinar, fruto da observação assinalada no curso da aplicação da legislação estatutária vigente.

A proposta que ora se remete, visa fundamentalmente criar condições de revitalizar a estrutura funcional da Polícia Civil, disciplinando-a através de um único instrumento legal e fortalecendo-a como instituição garantidora da manutenção da ordem pública, fator preponderante para assegurar o equilíbrio social da comunidade paranaense.

Anteprojeto de Lei:

ANTEPROJETO DE LEI

ESTATUTO DA POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ

TÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA CIVIL

Capítulo I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º — A Polícia Civil é a unidade de execução programática da Secretaria de Estado da Segurança Pública - SESP, com vínculo de subordinação hierárquica ao respectivo Secretário de Estado.

Art. 2.º — São incumbências da Polícia Civil, em todo território estadual, a preservação da ordem pública e o exercício da Polícia Judiciária, Administrativa e de Segurança, com a prevenção, repressão e apuração das infrações penais e atos anti-sociais, na forma estabelecida pela legislação em vigor.

Art. 3.º — A função policial, por suas características e finalidades, fundamenta-se nos princípios da hierarquia e da disciplina.

Art. 4.º — São servidores policiais civis os integrantes das carreiras previstas no Quadro de Pessoal da Polícia Civil.

Capítulo II

DAS UNIDADES DA POLÍCIA CIVIL

Art. 5.º — São unidades da Polícia Civil:

I — A Nível de Direção:

a) - Conselho da Polícia Civil, e

b) - Departamento da Polícia Civil do Estado do Paraná.

II — A Nível de Assessoramento:

a) - Secretaria Executiva,

b) - Assessoria Técnica;

c) - Corregedoria da Polícia Civil, e

d) - Inspetorias.

III — A Nível Instrumental:

a) - Central de Apoio; e

b) - Grupos Auxiliares.

IV — A Nível de Execução:

a) - Divisões Policiais;

b) - Divisão da Polícia Científica, compreendendo:

1. Instituto Médico Legal;

2. Instituto de Criminalística; e

3. Instituto de Identificação.

c) - Centro de Operações Policiais Especiais;

d) - Escola de Polícia Civil;

e) - Centro de Triagem;

f) - Subdivisões Policiais;

g) - Delegacias de Polícia;

h) - Subdelegacias de Polícia; e

i) - Outras unidades auxiliares.

Art. 6.º — O Conselho da Polícia Civil será integrado:

I — pelo Delegado Geral da Polícia Civil, Presidente e membro nato;

II — pelo Delegado Geral Adjunto da Polícia Civil, Vice-Presidente e membro nato;

III — pelo Corregedor da Polícia Civil;

IV — pelos Delegados Chefes das Divisões Policiais;

V — pelo Delegado Chefe da Divisão de Polícia Científica;

VI — por um membro indicado pelo Secretário de Estado da Segurança Pública; e

VII — por um dos Diretores da Escola de Polícia Civil, do Instituto Médico Legal, de Criminalística e de Identificação, em sucessão rotativa anual, na ordem ora estabelecida.

Parágrafo único — Nas atribuições que forem cometidas ao Conselho da Polícia Civil, deverão constar, entre outras, as de controle:

a) - do ingresso, acesso e promoção nas diversas carreiras; e

b) - da hierarquia e do regime disciplinar.

Art. 7.º — O Regulamento da Polícia Civil estabelecerá a estrutura e o funcionamento das unidades, bem como, as atribuições dos respectivos servidores policiais civis, observado o disposto nesta lei.

Capítulo III

DAS AUTORIDADES POLICIAIS, SEUS AGENTES E AUXILIARES

Art. 8.º — São autoridades policiais:

I — O Delegado Geral da Polícia Civil;

II — Os Delegados de Polícia; e

III — Os Suplentes de Delegados de Polícia, quando em exercício.

Art. 9.º — São agentes da autoridade policial:

I — os Comissários de Polícia;

II — os Detetives;

III — os Agentes de Segurança;

IV — os Inspetores de Quarteirão; e

V — os Motoristas Policiais.

Art. 10 — São auxiliares da autoridade policial:

- I — os Médicos Legistas;
- II — os Peritos Criminais;
- III — os Químicos Legais;
- IV — os Toxicologistas;
- V — os Escrivães de Polícia;
- VI — os Peritos Policiais;
- VII — os Datiloscopistas;
- VIII — os Técnicos em Telecomunicações policiais;
- IX — os Técnicos em Manutenção Policial;
- X — os Identificadores Datiloscópicos;
- XI — os Operadores em Telecomunicações Policiais;
- XII — os Carcereiros;
- XIII — os Auxiliares de Manutenção Policial;
- XIV — os Auxiliares de Necrópsia; e
- XV — os Serventes de Necrópsia.

Art. 11 — Os agentes e auxiliares são subordinados diretamente às autoridades policiais perante as quais servirem observado o disposto no § 3.º, do art. 209.

Art. 12 — Os servidores policiais civis especializados, técnicos, científicos e administrativos, quando do desempenho de serviços policiais em equipe, serão dirigidos pela autoridade policial componente.

TÍTULO II DAS CARREIRAS E DO PROVIMENTO

Capítulo I

DAS CARREIRAS POLICIAIS

Art. 13 — São carreiras Policiais:

- I — Delegado de Polícia;
- II — Comissário de Polícia (em extinção);
- III — Detetive;
- IV — Agente de Segurança;
- V — Motorista Policial;
- VI — Médico Legista;
- VII — Perito Criminal;
- VIII — Químico Legal;
- IX — Toxicologista;
- X — Escrivão de Polícia;
- XI — Perito Policial;
- XII — Datiloscopista;
- XIII — Técnico em Telecomunicações Policiais;
- XIV — Técnico em Manutenção Policial;
- XV — Identificador Datiloscópico;
- XVI — Operador de Telecomunicações Policiais;
- XVII — Carcereiro;
- XVIII — Auxiliar de Manutenção Policial;
- XIX — Auxiliar de Necrópsia; e
- XX — Servente de Necrópsia.

Capítulo II

DO CONCURSO

Art. 14 — As classes iniciais das carreiras policiais civis, serão providas mediante concurso público, que será realizado em fases eliminatórias:

- I — a de provas e títulos, quando se tratar de provimento de cargos em relação aos quais a lei exija formação de nível universitário e a de provas nos demais casos;
- II — a de frequência e aproveitamento na Escola de Polícia Civil, em curso intensivo de formação.

Art. 15 — Os concursos públicos, realizados pelo órgão competente da Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, de

comum acordo e com a participação efetiva da Secretaria de Estado da Segurança Pública, através do colegiado competente da Polícia Civil, terão validade máxima de dois anos e reger-se-ão por instruções especiais que estabelecerão, em função da natureza do cargo:

- I — tipo e conteúdo das provas e as categorias dos títulos;
- II — a forma de julgamento, e a valoração das provas e títulos;
- III — cursos de formação a que ficam sujeitos os candidatos classificados na primeira fase;
- IV — os critérios de habilitação e classificação final para fins de nomeação; e
- V — as condições para provimento de cargo referente a:
 - a) - capacidade física e mental;
 - b) - conduta na vida pública e privada, e a forma de sua apuração; e
 - c) - escolaridade.

Art. 16 — Havendo vaga que deva ser provida através de concurso público, o colegiado competente da Polícia Civil, solicitará à Secretaria de Estado da Segurança Pública, a abertura do concurso.

Parágrafo único — Das instruções para o concurso público, de cuja Banca Examinadora fará parte pelo menos uma pessoa indicada pelo colegiado da Polícia Civil, constarão: limite de idade, número de vagas, requisitos de ordem moral, física e mental, e exigências de provas ou de provas e títulos.

Art. 17 — O pedido de inscrição será instruído com os seguintes documentos, além de outros específicos para o provimento das respectivas carreiras:

- I — Certidão comprobatória de ser o candidato brasileiro nato ou naturalizado;
- II — Ter completado vinte e um anos de idade e contar com menos de trinta anos, exceto para as carreiras policiais de nível universitário, nas quais o limite máximo será de trinta e cinco anos de idade.

Parágrafo único — Os funcionários públicos ficarão sujeitos aos limites de idade previstos no inciso II deste artigo, excetuados os ocupantes de cargos de carreiras policiais civis.

Art. 18 — Após conhecidos os resultados das provas de que trata o item I do art. 14, os candidatos aprovados serão submetidos aos seguintes exames, todos de caráter eliminatório:

- I — Investigação de conduta;
- II — aptidão física;
- III — saúde; e
- IV — psicopatológico.

Parágrafo único — os exames de aptidão física compreenderão os testes previstos pelo edital de abertura, contendo as tabelas de avaliação.

Art. 19 — Para os candidatos à carreira policial de Delegado de Polícia, será exigida a altura mínima de um metro e sessenta centímetros.

Parágrafo único — Para as carreiras policiais de Detetive e Agente de Segurança, exigir-se-á a altura mínima de um metro e sessenta e cinco centímetros.

Art. 20 — Observada a ordem de classificação na primeira fase eliminatória do concurso público, os candidatos, em número equivalente ao de cargos, serão matriculados obrigatoriamente no curso de formação, específico, na Escola de Polícia Civil, pelo Delegado Geral da Polícia Civil, na forma do regulamento.

§ 1.º — Aos candidatos a que se refere este artigo, será concedida uma bolsa de estudos, pelo Secretário da Segurança Pública, em caráter experimental e transitório, durante a formação técnico-profissional.

§ 2.º — A bolsa de estudos far-se-á com a retribuição equivalente a 50% (cinquenta por cento) do vencimento do cargo, não podendo ser inferior ao Salário-Mínimo Regional.

§ 3.º — Sendo servidor policial civil, ou funcionário públi-

co, o matriculado ficará afastado do seu cargo, função ou atividade, até o término do curso, sem prejuízo da remuneração, com a complementação do valor da bolsa de estudos, se inferior.

Art. 21 – Terá sua matrícula cancelada o candidato que:

- I – for reprovado em qualquer disciplina do curso de formação;
- II – transgredir norma disciplinar;
- III – não mantenha conduta irrepreensível na vida pública ou privada;
- IV – tiver omitido fato que impossibilitaria sua inscrição no concurso público;
- V – ultrapassar o quantitativo máximo de faltas aos trabalhos escolares, previstos nesta Lei; e
- VI – demonstrar falta de aptidão ou pendor para o exercício das funções do cargo.

§ 1.º – O cancelamento da matrícula no curso, será efetuado pelo Delegado Geral da Polícia Civil.

§ 2.º – O pedido de cancelamento da concessão da bolsa de estudo, será encaminhado pelo Delegado Geral da Polícia Civil ao Secretário da Segurança Pública e eliminará automaticamente a participação do candidato do concurso público.

§ 3.º – Tratando-se de servidor policial civil ou funcionário público, retornará o mesmo ao exercício de sua função primitiva, sem prejuízo de outras cominações.

Art. 22 – Procedidas as fases do concurso público, exigidas para a admissão ao cargo correspondente, proceder-se-á a classificação final, a qual será encaminhada ao Secretário de Estado dos Recursos Humanos, para fins de homologação.

Parágrafo único – A nomeação obedecerá rigorosamente a ordem de classificação no concurso.

Capítulo III

DO PROVIMENTO

Art. 23 – Os cargos de carreira previstos no Quadro da Polícia Civil são providos por:

- I – nomeação;
- II – promoção;
- III – acesso;
- IV – reintegração;
- V – reversão;
- VI – aproveitamento;
- VII – readmissão;
- VIII – readaptação.

Art. 24 – Excetuados os casos de acumulação previstos em lei e verificados pelo órgão competente, não poderá o servidor sem prejuízo do seu cargo, ser provido em outro cargo efetivo.

Art. 25 – Pode ser provido em cargo efetivo previsto nesta Lei, somente quem satisfizer, além de outros requisitos legais, os seguintes:

- I – ser brasileiro;
- II – haver cumprido as obrigações e encargos militares previstos em lei;
- III – estar em pleno gozo dos direitos políticos;
- IV – ter boa conduta;
- V – gozar de boa saúde, comprovada em inspeção médica;
- VI – possuir aptidão para o exercício do cargo; e
- VII – ter satisfeito as condições especiais previstas para o cargo.

Art. 26 – Sob pena de responsabilidade da autoridade que der posse, o ato de provimento deverá conter as seguintes indicações:

- I – existência de vaga, com os elementos capazes de identificá-la; e
- II – em caso de acumulação de cargos, referência ao ato

ou processo em que foi autorizada.

Capítulo IV

DA POSSE

Art. 27 – Posse é o ato que completa a investidura no cargo.

Parágrafo único – Independem de posse os cargos de promoção, acesso e reintegração.

Art. 28 – São requisitos para a posse, além dos exigidos pelo art. 25:

- I – habilitação prévia em concurso público, nos casos de provimento efetivo em cargo inicial; e
- II – cumprimento das condições especiais previstas em lei ou regulamento para o exercício do cargo.

Parágrafo único – Salvo menção expressa do regime de acumulação no ato de posse, ninguém poderá ser empossado em cargo efetivo, sem declarar que não exerce outro cargo ou função pública da União, dos Estados, dos Municípios, de autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista ou fundações instituídas pelo Poder Público, ou sem provar que solicitou exoneração ou dispensa do cargo ou função que ocupava em qualquer dessas entidades.

Art. 29 – A posse será solene, compreendendo, na primeira investidura, o compromisso policial, a assinatura do respectivo termo e a entrega da insígnia e identidade funcionais.

§ 1.º – O termo de posse será assinado pelo nomeado, perante a autoridade competente que presidir à formalidade, após prestado o seguinte compromisso policial:

“PROMETO OBSERVAR E FAZER RIGOROSA
OBEDIÊNCIA À CONSTITUIÇÃO,
ÀS LEIS E REGULAMENTOS DO PAÍS,
DESEMPENHAR MINHAS FUNÇÕES COM LEALDADE
E EXAÇÃO, COM DESPRENDIMENTO E
CORREÇÃO, COM DIGNIDADE E HONESTIDADE
E CONSIDERAR COMO INERENTE À
MINHA PESSOA A REPUTAÇÃO E A HONORABILIDADE
DO ORGANISMO POLICIAL QUE PASSO
AGORA A SERVIR”.

§ 2.º – No ato da posse será apresentada declaração pelo servidor policial civil empossado, dos bens e valores que constituem o patrimônio individual ou conjugal.

Art. 30 – A posse terá lugar no prazo de trinta dias da publicação, no órgão oficial de divulgação, do ato de provimento.

§ 1.º – A requerimento do interessado ou de seu representante legal, o prazo para a posse poderá ser prorrogado ou revalidado pela autoridade competente, até o máximo de trinta dias, a contar do término do prazo de que trata este artigo.

§ 2.º – O prazo inicial para o funcionário em férias ou em licença, exceto no caso de licença para tratar de interesses particulares, será contado da data em que o funcionário voltar ao serviço.

§ 3.º – Se a posse não se der dentro do prazo inicial e da prorrogação ou da revalidação, desde que concedida, será a nomeação tornada sem efeito.

Capítulo V

DO EXERCÍCIO

Art. 31 – O início, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados, no assentamento individual do servidor.

Parágrafo único – O início do exercício e as alterações que neste ocorrerem serão comunicados pelo Chefe da repartição ou serviço em que estiver lotado o servidor ao órgão competente.

Art. 32 — Ao chefe da unidade para a qual for designado o servidor compete dar-lhe exercício.

Art. 33 — O exercício do cargo ou da função terá início no prazo de trinta dias contados da data:

I — da publicação oficial do ato, no caso de reintegração e remoção; ou

II — da posse, nos demais casos.

Parágrafo único — Os prazos previstos neste artigo poderão ser prorrogados, por solicitação do interessado e a juízo da autoridade competente, desde que a prorrogação não exceda de trinta dias.

Art. 34 — A promoção não interrompe o exercício, que é contado na nova classe a partir da data da publicação do ato que promover o servidor.

Art. 35 — Será demitido o servidor que não entrar em exercício no prazo de trinta dias e aquele que interromper o exercício por igual prazo, ressalvados os casos que encontrem amparo em outras disposições deste Estatuto.

Art. 36 — O número de dias que o servidor gastar em viagem para entrar em exercício, será considerado, para todos os efeitos, como de efetivo exercício.

Capítulo VI

DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 37 — Estágio probatório é o período de dois anos de efetivo exercício, a contar da data do início deste, durante o qual são apurados os requisitos necessários à confirmação ou não do servidor policial civil no cargo efetivo para o qual foi nomeado.

§ 1.º — Os requisitos de que trata este artigo são os seguintes:

I — idoneidade moral;

II — assiduidade;

III — disciplina;

IV — eficiência e produtividade; e

V — dedicação às atividades policiais.

§ 2.º — Os responsáveis pelas unidades policiais encaminharão ao Delegado Geral da Polícia Civil, semestralmente, a contar do início do exercício, o boletim de avaliação sobre a conduta do servidor policial civil durante o estágio probatório.

§ 3.º — Quando o servidor policial civil em estágio probatório não preencher qualquer dos requisitos enumerados no § 1.º deste artigo, caberá ao seu chefe imediato, sob pena de responsabilidade, instaurar, sindicância para instrução de posterior processo disciplinar.

§ 4.º — O processo referido no parágrafo anterior se conformará no rito estabelecido neste Estatuto.

Capítulo VII

DA REMOÇÃO

Art. 38 — Remoção é o deslocamento do servidor policial civil de uma para outra unidade policial, observado o contido nesta lei.

Art. 39 — A remoção ocorrerá mediante:

I — pedido escrito ou permuta, a critério do Delegado Geral da Polícia Civil; ou

II — interesse do serviço policial ou por conveniência da disciplina, neste último caso, mediante prévia sindicância.

§ 1.º — O disposto neste artigo, não compreende a remoção do servidor policial civil para outra unidade sediada na mesma área de Inspeção, atendido o interesse do serviço.

§ 2.º — O servidor policial civil removido, deve entrar em exercício na nova sede no prazo de quinze dias, no interior do

Estado, e, de sete dias na Capital ou no mesmo município.

Capítulo VIII

DA PROMOÇÃO E ACESSO

Art. 40 — Promoção é a elevação seletiva gradual e sucessiva do servidor policial civil estável à vaga de classe imediatamente superior àquela que pertença, pelos critérios de antiguidade e merecimento, na proporção de um quinto e quatro quintos, respectivamente, na forma da regulamentação específica.

Art. 41 — Acesso é o ingresso do servidor policial civil ocupante de classe final da carreira, na classe inicial da carreira afim, de escalão superior, prevista no quadro de acesso, pelos critérios de antiguidade e merecimento, na proporção de um quinto e quatro quintos, respectivamente, respeitada a habilitação e seleção em curso de formação específico, e o preenchimento dos requisitos exigidos para o seu provimento, na forma da respectiva regulamentação.

§ 1.º — As vagas verificadas nas classes iniciais de Perito Criminal, Detetive, Datiloscopista, Técnico em Telecomunicações Policiais e Técnico em Manutenção Policial, serão providas em até cinquenta por cento, mediante acesso dos ocupantes da classe final de Perito Policial, Agente de Segurança, Identificador Datiloscópico, Operador de Telecomunicações Policiais e Auxiliar de Manutenção Policial, respectivamente, observado o previsto neste artigo e na regulamentação própria.

§ 2.º — Se persistirem cargos vagos, serão preenchidos por concurso público.

Art. 42 — Somente após dois anos de efetivo exercício na respectiva classe, poderá o servidor policial civil ser promovido.

§ 1.º — Havendo vagas em número superior ao de candidatos com interstício completo, poderão concorrer ao preenchimento das vagas remanescentes, os que houverem completado na classe anterior, um mínimo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, desde que sejam servidores policiais civis estáveis.

§ 2.º — O servidor policial civil, promovido na forma do parágrafo anterior, deverá completar a contagem dos interstícios anteriores, sem o que não poderá concorrer à nova promoção.

§ 3.º — O interstício para promoção por merecimento do integrante da carreira de Delegado de Polícia, compreende o exercício em unidade da respectiva categoria, na forma prevista neste Capítulo.

Art. 43 — O servidor policial civil, observado o previsto no § 1.º do artigo 216 desta lei, não poderá concorrer à promoção e acesso, quando:

I — estiver respondendo a processo disciplinar;

II — estiver respondendo a processo criminal, enquanto a sentença final não houver transitado em julgado;

III — for preso preventivamente ou em flagrante delito;

IV — for condenado, enquanto durar o cumprimento da pena, inclusive no caso de suspensão condicional da pena, não se computando o tempo acrescido à pena original para fins de sua suspensão condicional.

Parágrafo único — Por um período de dois anos, a contar da data da punição, não haverá promoção ou acesso de servidor policial civil punido por falta de natureza grave.

Art. 44 — A promoção por merecimento baseia-se no conjunto de qualidades e atributos que distinguem e realçam o valor do servidor policial civil, avaliado no decurso da carreira e no desempenho de funções ou missões, ao ser cogitado para a promoção, e, ainda:

I — a eficiência revelada no desempenho funcional e não na natureza intrínseca das funções ou missões, e

nem o tempo de exercício nas mesmas;

II — a potencialidade para o desempenho de funções mais elevadas;

III — a capacidade de liderança, iniciativa e presteza de decisão;

IV — os resultados dos cursos de formação e de aperfeiçoamento funcional; e,

V — o realce do servidor policial civil entre seus pares.

§ 1.º — Não pode ser promovido, por merecimento, o servidor policial civil:

I — em exercício de mandato eletivo;

II — em licença para tratar de interesses particulares; ou

III — à disposição de órgãos não integrantes da estrutura orgânica da SESP.

§ 2.º — O servidor policial civil que tiver figurado em lista anterior de promoção por merecimento, só poderá ser excluído se, em votação preliminar, o Conselho da Polícia Civil assim o decidir, por maioria absoluta. Em caso contrário, a votação será feita apenas para completar a lista tríplice.

Art. 45 — O Delegado de Polícia só poderá ser promovido, por merecimento ou antiguidade para a classe final, se tiver prestado serviços em unidades policiais do interior, por um período não inferior a 2 (dois) anos.

Parágrafo único — Para efeito do disposto neste artigo, não se consideram unidades policiais do interior, os sediados em municípios integrantes da Região Metropolitana de Curitiba.

Art. 46 — As listas de indicação de policiais civis para promoção e acesso, serão organizadas pelo Conselho da Polícia Civil, na forma das disposições específicas.

Art. 47 — O andamento de papéis relativos à promoção e acesso, terá caráter urgente.

Capítulo IX

DA REINTEGRAÇÃO E REVERSÃO

Art. 48 — A reintegração, que decorrerá de decisão administrativa, ou judicial passada em julgado, é o reingresso do servidor policial civil no serviço público, com ressarcimento dos vencimentos e vantagens.

Parágrafo único — A decisão administrativa que determinar a reintegração será proferida em pedido de revisão de processo disciplinar.

Art. 49 — A reintegração será feita no cargo anteriormente ocupado; se este houver sido transformado, no resultante da transformação, e, se extinto, em cargo de nível de vencimento equivalente, comprovada pelo órgão competente a habilitação do servidor policial civil.

Parágrafo único — Não sendo possível ou conveniente à administração policial, fazer a reintegração pela forma prescrita neste artigo, será o ex-servidor policial civil colocado em disponibilidade remunerada.

Art. 50 — O servidor policial civil reintegrado deve ser submetido à inspeção médica especializada, na forma desta Lei e, se os peritos o julgarem incapaz ou inválido, será aposentado no cargo em que houver sido reintegrado.

Art. 51 — Reversão é o ingresso no serviço público, do servidor policial civil aposentado, quando insubsistentes os motivos da aposentadoria.

Art. 52 — A reversão far-se-á ex-ofício ou a pedido, de preferência no mesmo cargo ou naquele em que se tenha transformado, ou em cargo de vencimento ou remuneração equivalente ao do anteriormente ocupado, atendido o requisito de habilitação profissional.

Art. 53 — Para que a reversão possa efetivar-se é necessário que o aposentado:

I — não haja completado cinquenta e cinco anos de ida-

de;

II — não conte mais de vinte e cinco anos de tempo de serviço e de inatividade, computados em conjunto;

III — seja julgado apto em inspeção de saúde; e,

IV — tenha o seu retorno à atividade policial considerada como de interesse do serviço público, a juízo do Conselho da Polícia Civil.

Art. 54 — Na reversão, o servidor policial civil aposentado, terá direito, em caso de nova aposentadoria, à contagem do tempo em que esteve aposentado.

Art. 55 — O servidor policial civil que reverter, não será aposentado novamente, sem que hajam decorridos cinco anos de efetivo exercício, salvo se a aposentadoria for por motivo de saúde.

Art. 56 — Será tornada sem efeito a reversão do servidor policial civil que não tomar posse e não entrar em exercício dentro dos prazos legais.

Capítulo X

DO APROVEITAMENTO

Art. 57 — Aproveitamento é o retorno do servidor policial civil em disponibilidade ao exercício de outro cargo, mediante proposta do Conselho da Polícia Civil.

Art. 58 — O aproveitamento far-se-á a pedido ou “ex-officio”, respeitada sempre a habilitação profissional.

Parágrafo único — Se o aproveitamento se der em cargo de vencimento inferior ao provento da disponibilidade, terá o servidor policial civil direito a diferença.

Art. 59 — Será obrigatório o aproveitamento do servidor policial civil em cargo de natureza e vencimento ou remuneração compatíveis com os do anteriormente ocupado.

Parágrafo único — O aproveitamento dependerá de vaga e de prova de capacidade, mediante inspeção médica.

Art. 60 — Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade do servidor policial civil se este cientificado expressamente do ato de aproveitamento não tomar posse no prazo legal, com perda de todos os direitos de sua anterior situação salvo caso de doença comprovada em inspeção médica.

Parágrafo único — Provada em inspeção médica a incapacidade definitiva, será procedida a aposentadoria e para o cálculo do tempo desta será levado em conta o período de disponibilidade.

Capítulo XI

DA READMISSÃO

Art. 61 — Readmissão é o reingresso no serviço público estadual, sem ressarcimento de vencimentos e vantagens, do servidor policial civil exonerado a pedido.

Parágrafo único — Não será admitida readmissão do servidor policial civil que:

I — tenha sofrido punição disciplinar;

II — haja completado cinquenta e cinco anos de idade; ou

III — conte menos de quinze anos de serviço público anteriormente prestado.

Art. 62 — A readmissão dependerá de prova de capacidade física, mediante inspeção médica especializada e da existência de vaga a ser provida pelo critério de merecimento, atendido sempre o interesse policial civil.

Art. 63 — A readmissão efetivar-se-á em cargo de vencimento ou remuneração equivalente ao anteriormente ocupado, mediante proposta do Conselho da Polícia Civil.

Art. 64 — O tempo de serviço público estadual do readmitido, anterior à sua exoneração, será contado para todos os efei-

Capítulo XII

DA READAPTAÇÃO

Art. 65 — Readaptação é o provimento do servidor policial civil em cargo a que melhor se adapte a sua capacidade física, intelectual ou vocacional, podendo ser realizada motivadamente de ofício ou a pedido do interessado.

§ 1.º — Após deliberação da maioria absoluta dos seus membros o Conselho da Polícia Civil encaminhará a proposta da readaptação prevista neste Capítulo.

§ 2.º — O servidor policial civil, enquanto perdurar o processo de readaptação, poderá ser afastado do exercício de suas funções.

Art. 66 — O servidor policial civil que revelar inaptidão ou desajustamento para o serviço policial, sem causa que justifique a sua demissão ou aposentadoria, será readaptado compulsoriamente em outro cargo a que melhor se adapte à sua capacidade, sem descenso nem aumento de vencimento, na forma deste artigo, quando:

- I — ficar comprovada a modificação do estado físico ou mental do servidor policial civil, que lhe diminua a eficiência ou o incapacite para a função policial;
- II — a função policial não corresponder aos pendores vocacionais do servidor policial civil, ou
- III — isolada ou cumulativamente o servidor policial civil tenha sido punido com pena de suspensão igual ou superior a noventa dias dentro do período de três anos, a contar da primeira punição, ressalvadas as transgressões disciplinares decorrentes do exercício da função.

Parágrafo único — Serão excluídos das disposições deste artigo, os servidores policiais civis que tenham recebido ferimentos em serviço que os incapacitem para o exercício da atividade policial plena.

Art. 67 — Havendo dúvidas sobre as condições físicas ou mentais do servidor policial civil para o exercício do cargo, poderá independentemente da instauração de procedimento administrativo, ser determinado que o mesmo seja submetido a exame por Junta Médica especialmente designada, para os fins previstos nesta lei.

Art. 68 — O procedimento de readaptação será instaurado por decisão do Conselho da Polícia Civil, através de Comissão especialmente designada, instruído, se necessário, com laudo da junta médica que deverá, entre outros elementos, mencionar o seguinte:

- I — da capacidade e do estado físico do servidor policial civil para as atividades do cargo, ou
- II — diminuição da capacidade mental ou aceleração de manifestações violentas ou agressivas.

Art. 69 — A readaptação não acarretará redução de vencimento, assegurando-se sempre a diferença a que o servidor policial civil fizer jus, quando for o caso de readaptação em cargo de nível inferior, perdendo, no entanto, as vantagens percebidas pelo exercício do cargo de carreira policial.

Capítulo XIII

DA SUBSTITUIÇÃO

Art. 70 — Haverá substituição remunerada durante o impedimento legal e temporário do ocupante de cargo em comissão ou função de chefia ou direção.

§ 1.º — O substituto, durante o tempo em que exercer a substituição, terá direito a perceber o vencimento e as vanta-

gens pecuniárias inerentes ao cargo do substituído, mais as vantagens pessoais a que fizer jus.

§ 2.º — O substituto perderá, durante o tempo da substituição, o vencimento e demais vantagens pecuniárias inerentes ao seu cargo, se não optar por estes.

§ 3.º — A substituição dar-se-á, sempre que possível, dentro da própria unidade.

Art. 71 — Também será remunerado, na forma prevista para a substituição, o exercício do servidor policial civil, quando designado para responder pelo expediente da chetia ou direção, durante a vacância do cargo ou função.

Art. 72 — A acumulação de jurisdição não constitui substituição remunerada.

TÍTULO III

DOS DIREITOS, PRERROGATIVAS E VANTAGENS

Capítulo I

DOS DIREITOS E PRERROGATIVAS

Art. 73 — São direitos e prerrogativas dos servidores policiais civis, entre outros:

- I — exercício de função correspondente à classe a que pertence;
- II — designação para missões compatíveis com a hierarquia;
- III — assistência médico-hospitalar, de doença e judiciária pelo Estado, quando ferido ou acidentado em objeto de serviço ou submetido a processo, em razão do exercício do cargo ou função;
- IV — assistência médica ao servidor e à sua família pelo órgão previdenciário do Estado;
- V — acesso a locais fiscalizados pela Polícia Civil;
- VI — uso da insígnia e identificação funcionais; e
- VII — portar armas, mesmo quando em inatividade.

Capítulo II

DO VENCIMENTO E DAS VANTAGENS

SEÇÃO I

DO VENCIMENTO E DA REMUNERAÇÃO

Art. 74 — Vencimento é a retribuição pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao valor do padrão, classe, símbolo ou nível, fixado em lei.

Art. 75 — Remuneração é a retribuição pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao vencimento, mais as vantagens e benefícios financeiros assegurados por lei.

Art. 76 — O vencimento será devido a partir do efetivo exercício do cargo, quando se tratar de nomeação, readmissão, reintegração, reversão, e, no caso de promoção ou acesso, da data destes.

Art. 77 — Perderá o vencimento ou remuneração do cargo efetivo o servidor policial civil:

- I — nomeado para cargo em comissão, ressalvado o direito de opção e o de acumulação legal;
- II — quando no exercício de mandato eletivo da União, do Estado e dos Municípios, ressalvados os casos de opção;
- III — à disposição de outro Poder ou de órgão público da administração direta ou indireta, inclusive sociedade de economia mista, da União ou de qualquer outra unidade da Federação; designado para servir em qualquer desses órgãos ou entidades, salvo quando se tratar de requisição de órgãos diretamente ligados

à Presidência da República ou quando de interesse do Estado do Paraná, a juízo do Chefe do Poder Executivo; e,

- IV — em missão, estudo ou estágio no exterior ou em qualquer parte do território nacional, quando não autorizado pelo Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único — Ao servidor policial civil, titular de cargo técnico ou científico, quando à disposição do Governo Federal, será lícito optar pelo vencimento ou remuneração do cargo estadual, sem prejuízo de vantagens atribuídas pela administração federal.

Art. 78 — Ao servidor policial civil nomeado para o exercício de cargo em comissão é facultado optar pelo vencimento desse cargo ou pela percepção do vencimento e demais vantagens do seu cargo efetivo, acrescido da gratificação fixa correspondente a vinte por cento do símbolo do respectivo cargo em comissão.

Art. 79 — O servidor policial civil perderá:

- I — um terço do vencimento ou remuneração, durante o afastamento por motivo de prisão preventiva ou flagrante, pronúncia por crime comum, denúncia por crime funcional ou que pela natureza e configuração sejam consideradas infamantes, de modo a incompatibilizar o servidor policial civil para o exercício funcional, com direito à diferença, se absolvido;
- II — dois terços do vencimento ou remuneração, durante o período de afastamento em virtude de condenação por sentença definitiva de que não resulte demissão;
- III — o vencimento ou remuneração do dia, se não comparecer ao serviço, salvo por motivo previsto em lei; e
- IV — um terço do vencimento ou remuneração do dia, quando comparecer ao serviço com atraso de uma hora ou quando se retirar antes de findar o período de trabalho ou missão para que haja sido designado.

§ 1.º — No 3 casos em que o servidor policial civil se mantiver no exercício de suas funções, o corte do vencimento não poderá ser por período superior a 60 (sessenta) dias.

§ 2.º — No caso de faltas sucessivas, são computados, para efeitos de descontos, os sábados, os domingos e feriados intercalados.

§ 3.º — O servidor policial civil que, por doença não puder comparecer ao serviço ou missão, fica obrigado a fazer pronta comunicação do seu estado de saúde ao chefe imediato, para o necessário exame médico.

§ 4.º — O atestado médico deverá ser, em qualquer circunstância, apresentado no dia imediato, se ocorrerem ausências ao serviço até 03 (três) dias.

§ 5.º — Na hipótese de designação para serviços de plantão ou ronda, a falta abrangerá, para todos os efeitos legais, o período destinado ao descanso.

Art. 80 — Serão relevadas até três faltas durante o mês, motivadas por doença comprovada mediante apresentação de atestado médico oficial.

Art. 81 — O vencimento, remuneração e proventos não sofrerão descontos além dos previstos em lei, nem serão objeto de arresto, seqüestro ou penhora, salvo quando se tratar de:

- I — prestação de alimentos, determinada judicialmente;
- II — reposição ou indenização devida à Fazenda Estadual, o que será feito em parcelas mensais não excedentes à quinta parte do vencimento ou remuneração.

§ 1.º — Nos casos de comprovada má fé, a reposição será feita de uma só vez, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

§ 2.º — A exoneração ou demissão do servidor policial civil, implicará na inscrição em Dívida Ativa, da quantia devida.

SEÇÃO II

DAS VANTAGENS

Art. 82 — Além do vencimento poderá o servidor policial civil perceber as seguintes vantagens pecuniárias:

- I — adicionais;
- II — gratificações;
- III — ajuda de custo;
- IV — diárias;
- V — salário-família;
- VI — auxílio médico-hospitalar e de doença.

SEÇÃO III

DOS ADICIONAIS

Art. 83 — O servidor policial civil terá acréscimo aos vencimentos:

- I — de cinco em cinco anos de exercício, cinco por cento, até completar cinco quinquênios; e
- II — ao completar trinta anos de exercício, cinco por cento por ano excedente, até o máximo de vinte e cinco por cento.

Parágrafo único — A incorporação dos acréscimos será imediata, inclusive para efeito de aposentadoria e disponibilidade, e será computada igualmente sobre as alterações dos vencimentos do cargo efetivo, somados ao anteriormente deferido.

SEÇÃO IV

DAS GRATIFICAÇÕES

Art. 84 — Conceder-se-á gratificações:

- I — de função;
- II — de representação;
- III — de magistério policial,
- IV — pela participação em órgão de deliberação coletiva da Polícia Civil;
- V — pela participação como membro de comissão de concurso e seleção a cursos de formação;
- VI — pelo serviço ou estudo fora do Estado ou no exterior;
- VII — pelo exercício de encargos especiais; e
- VIII — pela participação em Comissões Permanentes de Disciplina.

Parágrafo único — É vedada a percepção cumulativa de gratificação da mesma natureza, salvo quanto a de magistério policial, na forma do que dispuser o regulamento.

Subseção I

DA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO

Art. 85 — A gratificação de função destina-se a atender encargos de chefia, assessoramento, secretariado e outros determinados no Regulamento da Polícia Civil, se não estabelecidos nesta lei.

Parágrafo único — O servidor policial civil que se ausentar em virtude de férias, licença especial, luto, casamento, doença comprovada ou serviço obrigatório por lei, não perderá a gratificação de função.

Subseção II

DA GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO

Art. 86 — A gratificação de representação destina-se a atender as despesas extraordinárias, decorrentes de compromissos de ordem social ou profissional, inerentes à representação do servidor na comunidade e de representatividade da ins-

tuição policial civil.

§ 1.º — O Poder Executivo, por indicação do Delegado Geral da Polícia Civil e proposta do Secretário de Estado da Segurança Pública, estabelecerá os cargos e funções com direito à gratificação de representação, bem como, os seus valores.

§ 2.º — A gratificação de representação terá vigência a partir do mês em que o servidor policial civil entrar em exercício do cargo, função ou comissão.

§ 3.º — Será mantida a percepção da gratificação de representação, nos afastamentos por motivo de férias, dispensa ao serviço, licença para tratamento de saúde, falecimento de ente familiar e gala, até oito dias e licença especial.

Subseção III

DA GRATIFICAÇÃO DE MAGISTÉRIO POLICIAL

Art. 87 — A gratificação de magistério policial será devida, por aula efetivamente dada, aos professores da Escola de Polícia Civil, na forma do regulamento, nos seguintes cursos:

- I — de formação, aperfeiçoamento e integração funcional de carreiras de nível superior;
- II — de formação, aperfeiçoamento e integração funcional de carreiras de nível de 2.º grau; e,
- III — de formação, aperfeiçoamento e integração funcional de carreira de nível de 1.º grau.

Subseção IV

DA GRATIFICAÇÃO PELA PARTICIPAÇÃO EM ÓRGÃOS DE DELIBERAÇÃO COLETIVA

Art. 88 — A gratificação pela participação em órgãos de deliberação coletiva da Polícia Civil, será fixada em regulamento.

Subseção V

DA GRATIFICAÇÃO PELA PARTICIPAÇÃO COMO MEMBRO DA COMISSÃO DE CONCURSO OU SELEÇÃO A CURSOS DE FORMAÇÃO

Art. 89 — Os integrantes das Comissões de Concurso ou Seleção a Cursos de Formação, perceberão a gratificação que for fixada em regulamento.

Subseção VI

DA GRATIFICAÇÃO POR SERVIÇO OU ESTUDO FORA DO ESTADO OU NO EXTERIOR

Art. 90 — O pedido e proposta de afastamento e designação de serviço policial civil para fora do Estado ou no exterior, a serviço, estudo ou estágio, somente será encaminhado à decisão do Chefe do Poder Executivo, quando relativo a:

- I — missão oficial do governo;
- II — bolsa de estudo ou estágio sobre assunto de interesse da administração policial civil e segurança; ou
- III — exercício de outras atividades de interesse da administração policial civil.

§ 1.º — A gratificação será arbitrada pelo Chefe do Poder Executivo, levando em conta o vencimento do servidor policial civil, a natureza e duração certa ou presumível do encargo e as condições locais, salvo se lei ou regulamento já dispuser a respeito.

§ 2.º — Quando se tratar de afastamento por iniciativa da administração policial civil, poderão ser concedidas ao servidor policial civil, segundo as peculiaridades de cada caso, ajuda

de custo e outras vantagens previstas na legislação em vigor, além do vencimento e remuneração.

Subseção VII

DA GRATIFICAÇÃO PELO EXERCÍCIO DE ENCARGOS ESPECIAIS

Art. 91 — A gratificação pelo exercício de encargos especiais destina-se aos servidores policiais civis designados para atendimento de assessoramento direto ou especial ao Chefe do Poder Executivo e outros definidos em lei ou regulamento.

Parágrafo único — O valor correspondente será fixado em decreto baixado pelo Poder Executivo.

Subseção VIII

DA GRATIFICAÇÃO PELA PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES PERMANENTES DE DISCIPLINA

Art. 92 — A gratificação pelo exercício de mandato como membro das Comissões Permanentes de Disciplina, inclusive ao Secretário respectivo, será fixada em regulamento.

SEÇÃO V

DA AJUDA DE CUSTO

Art. 93 — Será concedida ajuda de custo ao servidor policial civil que passe a ter exercício em nova sede, em virtude de remoção, nomeação para cargo em comissão ou designação para função gratificada, serviço ou estudo e destina-se à compensação das despesas de viagem e instalação própria e de sua família e as de transporte de bens.

Art. 94 — A ajuda de custo compreende a concessão de até dois meses e não inferior a um mês de vencimento, levando-se em conta as condições de vida na nova sede, a distância, o tempo de viagem e os recursos orçamentários disponíveis, arbitrada pelo Delegado Geral da Polícia Civil, incluídas as despesas de mudança, ressarcidas mediante a apresentação de comprovante dos gastos.

Art. 95 — Não se concederá ajuda de custo ao servidor policial civil:

- I — que, em virtude de mandato eletivo, deixar de reassumir o exercício do cargo;
- II — posto à disposição de qualquer entidade de direito público; ou
- III — quando removido por permuta, a pedido, ou por motivo de ordem disciplinar.

Art. 96 — O servidor policial civil obrigado a permanecer fora da sede, em objeto de serviço, por mais de trinta dias consecutivos, ou quando matriculado compulsoriamente em curso mantido pela Escola de Polícia Civil sem percepção de diárias, perceberá ajuda de custo a ser arbitrada pelo Delegado Geral da Polícia Civil.

Art. 97 — O servidor policial civil restituirá a ajuda de custo:

- I — quando não se transportar para a nova sede nos prazos determinados; ou
- II — quando, antes de terminada a incumbência, regressar, pedir exoneração ou abandonar o serviço.

§ 1.º — A restituição é de exclusiva responsabilidade pessoal e poderá ser feita parceladamente.

§ 2.º — Não haverá obrigação de restituir:

- a) - quando o regresso do servidor policial civil for determinado "ex-officio", decorrer de doença comprovada ou motivo de força maior; ou
- b) - quando o pedido de exoneração for apresenta-

do noventa dias após a designação da missão.

Art. 98 — A ajuda de custo poderá ser paga ao servidor policial civil, metade, adiantadamente, no local da repartição de que foi desligado e o restante, após haver entrado em exercício na nova repartição, unidade ou serviço.

Parágrafo único — O servidor policial civil, sempre que preferir, poderá receber, integralmente, a ajuda de custo, já na sede da nova repartição, unidade ou serviço.

SEÇÃO VI

DAS DIÁRIAS

Art. 99 — Ao servidor policial civil que se deslocar da respectiva sede, no desempenho de suas atribuições, será concedido, a título de indenização das despesas de alimentação e pouxada, tantas diárias quantas necessárias, sendo obedecida a regulamentação própria.

§ 1.º — Durante o trânsito não se concederá diárias ao servidor policial civil removido.

§ 2.º — Entende-se por sede, para efeito desta Seção, a cidade, vila ou localidade onde o servidor policial civil tiver exercício.

§ 3.º — Não se aplica o disposto neste artigo, ao servidor policial civil que se deslocar para fora do País ou estiver servindo no exterior.

Art. 100 — O servidor policial civil perceberá:

I — diária integral, constituída de alimentação e pouxada, quando passar mais de doze horas fora da sede;

II — meia diária de alimentação, quando passar mais de seis horas fora da sede.

Art. 101 — As diárias serão pagas adiantadamente no valor integral da duração presumível do deslocamento do servidor policial civil.

Art. 102 — O servidor policial civil que, indevidamente receber diárias, será obrigado a restituir, de uma só vez, a importância recebida, ficando ainda sujeito a punição disciplinar.

SEÇÃO VII

DO SALÁRIO-FAMÍLIA

Art. 103 — Salário-família é o auxílio pecuniário especial, concedido pelo Estado, ao servidor policial civil ativo, inativo ou em disponibilidade, como contribuição ao custeio das despesas de manutenção de sua família.

Parágrafo único — A cada dependente corresponderá uma quota de salário-família.

Art. 104 — Conceder-se-á salário-família ao servidor policial civil pelos dependentes:

I — esposa que não exerça atividade remunerada;

II — filho menor de vinte e um anos e filha enquanto solteira, sem renda própria;

III — filho inválido, de qualquer idade, comprovadamente incapaz para exercer qualquer atividade remunerada;

IV — filho estudante, que frequenta curso secundário ou superior, em estabelecimento de ensino oficial ou particular e que não exerça atividade lucrativa, até a idade de vinte e quatro anos; e

V — outros dependentes assim previstos em lei.

Parágrafo único — Compreende-se neste artigo, o filho de qualquer condição, o enteado, o adotivo, o legítimo e o que, mediante autorização judicial, viva sob a guarda e o sustento do servidor policial civil, inclusive outros dependentes sem qualquer rendimento e que vivam às suas expensas.

Art. 105 — Quando o pai e a mãe forem funcionários do Estado e viverem em comum, o salário-família será concedido

ao pai; se não viverem em comum, de acordo com a distribuição dos dependentes.

Art. 106 — Equiparam-se ao pai e à mãe, os representantes legais dos incapazes e as pessoas a cuja guarda e manutenção estiverem confiados, por autorização judicial, os beneficiários.

SEÇÃO VIII

DO AUXÍLIO MÉDICO-HOSPITALAR E DOENÇA

Art. 107 — O auxílio médico-hospitalar compreenderá a assistência médica contínua, normal e especializada, ao servidor policial civil acidentado ou ferido em serviço ou acometido de doença profissional.

Art. 108 — O auxílio da assistência médico-hospitalar consiste no pagamento integral de todas as despesas, à conta de recursos orçamentários próprios da SESP, em complementação ao atendimento prestado pelo Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado, quando se constatar as circunstâncias do artigo anterior.

Art. 109 — Após o período de doze meses consecutivos de licença para tratamento de saúde, concedida em decorrência de doença profissional ou acidente em serviço, o servidor policial civil terá direito a um mês de vencimento, a título de auxílio doença.

Parágrafo único — Sob este mesmo título, terá ainda o servidor policial civil direito a um mês de vencimento, após cada período de vinte e quatro meses consecutivos de licença para tratamento de saúde.

SEÇÃO IX

DO AUXÍLIO FUNERAL

Art. 110 — Ao cônjuge, ou na falta deste, à pessoa que provar ter feito despesas em virtude do falecimento do servidor policial civil, será concedida, a título de auxílio funeral, a importância correspondente a um mês de remuneração ou provento.

Parágrafo único — O pagamento será feito à vista da apresentação do atestado de óbito pelo cônjuge ou pessoa a cujas expensas se houver efetuado o funeral, ou procurador legalmente habilitado.

Art. 111 — Em caso de acumulação legal de cargos do Estado, o auxílio funeral correspondente será pago na base da maior remuneração ou provento.

Art. 112 — Será concedido transporte ou meios de mudança, à família do servidor policial civil, quando este falecer no desempenho do cargo ou em serviço de natureza policial, à conta de recursos orçamentários da SESP.

Capítulo III

DAS RECOMPENSAS

Art. 113 — Recompensa é o reconhecimento do Estado pelos bons serviços prestados pelo servidor policial civil.

Art. 114 — Além de outras previstas em leis ou regulamentos especiais, são recompensas:

I — o elogio;

II — a dispensa do serviço;

III — a medalha do Mérito Policial; e

IV — a medalha do Serviço Policial.

§ 1.º — A recompensa constante do inciso I, deste artigo, será conferida pela prática de ato que mereça registro especial ou ultrapasse o cumprimento normal de atribuições ou se revista de relevância.

§ 2.º — A recompensa constante do inciso II, deste artigo, terá o limite máximo de 8 (oito) dias corridos e será concedida pelo titular da unidade, somente em circunstâncias excepcionais, quando se imponha ao servidor policial civil um período de descanso necessário, após o desempenho de tarefas árduas, executadas independentemente de horário.

Art. 115 — Os elogios e as dispensas do serviço deverão ser fundamentadamente propostos e homologados pelo Conselho da Polícia Civil.

Art. 116 — A medalha do Mérito Policial destina-se a premiar o policial civil que praticar ato de bravura ou de excepcional relevância para a organização policial.

Art. 117 — A medalha do Serviço Policial destina-se a premiar os servidores policiais civis, pelos bons serviços prestados à causa da Ordem Pública, ao Organismo Policial e à Coletividade Policial.

Parágrafo único — As características heráldicas e a forma da concessão das medalhas serão regulamentadas por Decreto do Poder Executivo.

Capítulo IV

DO TEMPO DE SERVIÇO

Art. 118 — Será considerado de efetivo exercício o afastamento em virtude de.

- I — férias,
- II — casamento, até oito dias;
- III — luto por falecimento do cônjuge, filho, pai, mãe e irmão, até oito dias,
- IV — trânsito,
- V — convocação para o serviço militar,
- VI — juri e outros serviços obrigatórios por lei;
- VII — exercício de função do governo ou administração em qualquer parte do território estadual, por nomeação do Chefe do Poder Executivo,
- VIII — exercício de cargo ou função do governo ou administração, por designação do Presidente da República,
- IX — missão ou estudo no exterior ou em qualquer parte do território nacional, quando o afastamento houver sido autorizado pelo Chefe do Poder Executivo;
- X — licença especial,
- XI — licença para tratamento de saúde,
- XII — licença a servidor que sofrer acidente em serviço ou for atacado de doença profissional, na forma desta lei;
- XIII — licença à servidora gestante;
- XIV — faltas até o máximo de três durante o mês, por motivo de doença comprovada na forma do art. 80;
- XV — licença por motivo de doença em pessoas da família: cônjuge, filhos, pai, mãe ou irmão, até noventa dias num quinquênio,
- XVI — licença compulsória.

§ 1.º — Para os efeitos desta lei, entende-se por acidente em serviço o evento que cause dano físico ou mental ao servidor policial civil, durante o exercício das atribuições inerentes ao cargo.

§ 2.º — Equipara-se ao acidente em serviço, quando não provocada, a agressão sofrida pelo servidor policial civil no serviço ou em razão dele.

§ 3.º — Por doença profissional, para os efeitos desta lei, entende-se aquela que decorrer das condições do serviço ou de fatos nele ocorridos.

§ 4.º — Nos casos previstos nos parágrafos 1.º, 2.º e 3.º, deste artigo, o laudo resultante da inspeção médica deverá estabelecer rigorosamente a caracterização do acidente em serviço e da doença profissional.

§ 5.º — É considerado como de efetivo exercício, para todos os efeitos legais, o período compreendido entre a data do laudo que determinar o afastamento definitivo do servidor e a da decretação da respectiva aposentadoria, desde que esse período não ultrapasse de noventa dias.

Art. 119 — Computar-se-á, para todos os efeitos legais:

I — o tempo de serviço prestado ao Estado do Paraná, desde que remunerado;

II — o período de férias e licença especial não gozadas na administração estadual contado em dobro.

Art. 120 — Para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade será computado integralmente:

I — o tempo de serviço público federal, municipal e estadual, prestado aos demais Estados da Federação;

II — o período de serviço ativo nas Forças Armadas, prestado durante a paz, computado pelo dobro o tempo em operação de guerra;

III — o tempo de serviço prestado em empresa pública, sociedade de economia mista ou fundação instituída pelo Poder Público estadual;

IV — o período de trabalho prestado a instituição de caráter privado, que tiver sido transformada em estabelecimento de serviço público,

V — o tempo em que o servidor esteve em disponibilidade ou aposentado.

Parágrafo único — O tempo de serviço a que alude este artigo será computado à vista de certidões passadas pelo órgão competente e na forma da regulamentação própria.

Art. 121 — Durante o exercício de mandato eletivo federal, estadual, ou de executivo municipal, o servidor policial civil fica afastado do exercício do cargo, e somente por antiguidade pode ser promovido ou provido por acesso, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para essa promoção, acesso ou aposentadoria.

Art. 122 — A apuração do tempo de serviço será feita em dias.

§ 1.º — O número de dias será convertido em anos, considerado o ano como de trezentos e sessenta e cinco dias.

§ 2.º — Feita a conversão, os dias restantes até cento e oitenta e dois não serão computados, arredondando-se para um ano quando excederem esse número, nos casos de cálculo para efeito de aposentadoria e disponibilidade.

Art. 123 — É vedada a acumulação de tempo de serviço prestado, concorrente ou simultaneamente, em dois ou mais cargos ou funções da União, dos Estados, Distrito Federal, Territórios, Municípios, Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, Fundações instituídas pelo Poder Público e Instituições de caráter privado que hajam sido convertidas em estabelecimentos de serviço público.

Capítulo V

DA ESTABILIDADE

Art. 124 — Estabilidade é a situação adquirida pelo servidor policial civil, após o transcurso do período de estágio probatório, que lhe garante a permanência no cargo, dele só podendo ser demitido em virtude de sentença judicial ou de decisão em processo disciplinar, em que se lhe tenha assegurado ampla defesa.

Parágrafo único — A estabilidade diz respeito ao serviço público e não ao cargo ou função.

Art. 125 — São estáveis, após dois anos de exercício, os servidores nomeados por concurso.

Art. 126 — O servidor policial civil somente perderá o cargo:

- I — quando estável, em virtude de sentença judiciária ou processo disciplinar que haja concluído pela sua

demissão, depois de lhe haver sido assegurada ampla defesa,

- II — em estágio probatório, quando nele não confirmado em decorrência do processo de que trata o art. 37, § 4.º.

Capítulo VI

DAS FÉRIAS

Art. 127 — O servidor policial civil gozará trinta dias consecutivos de férias por ano, de acordo com a escala para esse fim organizada, pelo chefe da unidade a que estiver subordinado e comunicada ao órgão competente.

§ 1.º — É vedado levar à conta das férias qualquer falta ao trabalho.

§ 2.º — Somente depois do primeiro ano de exercício adquirirá o servidor policial direito à férias.

§ 3.º — As férias não poderão ser fracionadas, salvo nos casos em que as mesmas devem ser suspensas por urgente exigência do serviço mediante convocação da autoridade competente.

Art. 128 — O servidor policial civil que, por imperiosa necessidade do serviço, deixar de gozar férias, a requerimento seu terá computado o respectivo período em dobro, para todos os efeitos legais.

§ 1.º — O servidor policial civil que não desejar o benefício deste artigo, poderá gozar as férias em outra época, num limite de dois períodos por ano.

§ 2.º — Os direitos assegurados por este artigo, inclusive por seu parágrafo anterior, prescrevem em 2 (dois) anos, a contar do primeiro dia do ano seguinte em que as férias normais forem deixadas de gozar.

Art. 129 — Durante as férias, o servidor policial civil terá direito a todas as vantagens, como se estivesse em exercício.

Art. 130 — O chefe da unidade organizará, no mês de dezembro, a escala de férias para o ano seguinte, que poderá alterar de acordo com as conveniências do serviço, avisados os servidores policiais civis interessados, sempre que possível, com antecedência mínima de dez dias.

Parágrafo único — Os servidores policiais civis que exerçam função de chefia ou direção não serão compreendidos na escala.

Art. 131 — À família do servidor policial civil que falecer em gozo de férias, será pago o vencimento ou remuneração relativo à todo o período, sem prejuízo do disposto no artigo 110.

Art. 132 — O servidor policial civil promovido, removido ou transferido, quando em gozo de férias, não será obrigado a interrompê-las.

Art. 133 — Ao entrar em férias o servidor policial civil, comunicará ao chefe imediato, o seu endereço eventual, sendo-lhe facultado gozá-las onde lhe aprouver.

Capítulo VII

DAS LICENÇAS

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 134 — Conceder-se-á licença ao servidor policial civil efetivo ou em comissão:

- I — para tratamento de saúde;
II — quando acometido de doença das especificadas no art. 156,

III — quando acidentado no exercício de suas atribuições,

IV — para repouso à gestante;

V — por motivo de doença em pessoas da família;

VI — quando convocado para serviço militar,

VII — para trato de interesses particulares;

VIII — à servidora policial civil casada, por motivo de afastamento do cônjuge servidor civil ou militar ou servidor de autarquia, empresa pública, de sociedade de economia mista ou fundação instituída pelo Poder Público;

IX — em caráter especial,

X — para frequência a curso de aperfeiçoamento ou especialização.

Art. 135 — A competência para a concessão das licenças de que trata este capítulo será definida em regulamento.

Art. 36 — A licença dependente de inspeção médica é concedida pelo prazo indicado no respectivo laudo ou atestado.

Parágrafo único — Findo o prazo, o servidor poderá submeter-se a nova inspeção e o laudo médico concluirá pela sua volta ao serviço, pela prorrogação da licença, pela aposentadoria, ou pela readaptação na forma do artigo seguinte.

Art. 137 — Verificando-se, como resultado da inspeção médica feita pela junta especialmente designada, redução da capacidade física do servidor policial civil ou estado de saúde que impossibilite ou desaconselhe o exercício das funções inerentes a seu cargo, e desde que não se configure a necessidade de aposentadoria nem de licença para tratamento de saúde, poderá o servidor ser readaptado em funções diferentes das que lhe cabem, na forma do disposto nesta lei, sem que essa readaptação lhe acarrete qualquer prejuízo.

Art. 138 — O tempo necessário à inspeção médica será sempre considerado como de licença.

Art. 139 — Terminada a licença, o servidor policial civil reassumirá imediatamente o exercício, ressalvado o caso do § 1.º, do art. 140.

Art. 140 — A licença para tratamento de saúde pode ser prorrogada a pedido ou “ex-officio”.

§ 1.º — O pedido deve ser apresentado antes de findo o prazo da licença; se indeferido, conta-se como de licença o período compreendido entre a data do término e a do conhecimento oficial do despacho denegatório.

§ 2.º — Quando o pedido de prorrogação for apresentado depois de findo o prazo da licença, não se conta como de licença o período compreendido entre o dia de seu término e o do conhecimento oficial do despacho.

Art. 141 — O servidor policial civil não pode permanecer em licença por prazo superior a vinte e quatro meses, ressalvados os casos previstos no art. 147 e nos incisos VI e VIII, do art. 134.

Art. 142 — Decorrido o prazo estabelecido no artigo anterior, o servidor policial civil é submetido à inspeção médica e aposentado, se for considerado definitivamente inválido para o serviço público.

Art. 143 — O servidor policial civil que se encontrar fora do Estado, deve, para fins de prorrogação ou concessão de licença, dirigir-se à autoridade competente a que esteja diretamente subordinado, juntando o laudo médico do serviço oficial do lugar onde se encontrar, indicando ainda sua residência.

Art. 144 — O servidor policial civil em gozo de licença comunicará ao seu chefe imediato o local onde poderá ser encontrado.

SEÇÃO II

DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 145 — A licença para tratamento de saúde é concedi-

da "ex-officio" ou a pedido do servidor policial civil ou de seu representante, quando não possa ele fazê-lo, na forma que dispuser o regulamento.

§ 1.º — Em ambos os casos é indispensável a inspeção médica, que será realizada, sempre que possível, no local onde se encontrar o servidor policial civil.

§ 2.º — A inspeção deve ser feita por médico oficial, admitindo-se, quando assim não seja possível, atestado passado por médico particular, com firma reconhecida.

§ 3.º — Na hipótese do parágrafo anterior, o laudo só produzirá efeito depois de homologado pelo órgão médico estadual competente.

§ 4.º — Quando não for homologado o laudo, o servidor policial civil será obrigado a reassumir o exercício do cargo, sendo considerado como de licença sem vencimento, nos termos do inciso VII, do art. 134, os dias em que deixou de comparecer ao serviço, por haver alegado doença.

Art. 146 — Verificando-se, em qualquer tempo, ter sido gracioso o atestado médico ou o laudo da Junta Médica, a autoridade competente promoverá a punição dos responsáveis, incorrendo o servidor policial civil a quem aproveitar a fraude na pena de suspensão e, na reincidência na demissão, sem prejuízo da ação penal que couber.

Art. 147 — O servidor policial civil não poderá permanecer em licença para tratamento de saúde por prazo superior a vinte e quatro meses, exceto nos casos considerados recuperáveis, em que, a critério da Junta Médica, esse prazo poderá ser prorrogado.

Parágrafo único — Expirado o prazo do presente artigo, o servidor policial civil será submetido a nova inspeção médica e aposentado se julgado definitivamente inválido para o serviço público em geral.

Art. 148 — Em casos de doenças graves, contagiosas ou não, que imponham cuidados permanentes, poderá a Junta Médica, se considerar o doente irrecuperável, determinar, como resultado da inspeção, a imediata aposentadoria.

Parágrafo único — Na hipótese de que trata este artigo, a inspeção será feita por uma junta de, pelo menos, três médicos.

Art. 149 — No processamento das licenças para tratamento de saúde, será observado o devido sigilo sobre os laudos e atestados médicos.

Art. 150 — No curso de licença para tratamento de saúde, o servidor policial civil abster-se-á de atividades remuneradas, sob pena de interrupção da licença com perda total do vencimento ou remuneração, até que reassuma o cargo.

Parágrafo único — Os dias correspondentes à perda de vencimentos ou remuneração de que trata este artigo serão considerados como de licença sem vencimento, na forma do inciso VII, do art. 134.

Art. 151 — Licenciado para tratamento de saúde, acidente no exercício de suas atribuições ou doença profissional, o servidor policial civil recebe integralmente o vencimento ou a remuneração e demais vantagens inerentes ao cargo.

Art. 152 — O servidor policial civil acidentado no exercício de suas atribuições, ou acometido de doença profissional, definidas nos §§ 1.º, 2.º e 3.º do art. 118, tem direito, "ex-officio" ou a requerimento, a licença para o respectivo tratamento.

Parágrafo único — A comprovação do acidente, indispensável para a concessão da licença, deve ser feita em processamento sumário, no prazo de oito dias, prorrogáveis por igual prazo.

Art. 153 — O servidor policial civil não poderá recusar a inspeção médica, sob pena de suspensão de pagamento de vencimento ou remuneração, até que se realize a inspeção.

Art. 154 — Considerado apto, em inspeção médica, o servidor policial civil reassumirá o exercício, sob pena de serem computados como faltas os dias de ausência.

Art. 155 — No curso de licença, poderá o servidor policial

civil requerer inspeção médica, caso se julgue em condições de reassumir o exercício ou com direito à aposentadoria.

SEÇÃO II

DA LICENÇA COMPULSÓRIA

Art. 156 — O servidor policial civil atacado de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra, paralisia, cardiopatia grave, doença de Parkinson incompatíveis com o trabalho, e outras moléstias que a lei indicar na base da medicina especializada, conforme apurado em inspeção médica será compulsoriamente licenciado com direito à percepção do vencimento ou remuneração e demais vantagens inerentes ao cargo.

Art. 157 — Há também licença compulsória por interdição declarada pela autoridade sanitária competente, por motivo de doença em pessoa co-habitante da residência do servidor policial civil.

Art. 158 — Para verificação das moléstias indicadas no art. 156, a inspeção médica é feita obrigatoriamente por Junta Oficial de três membros, podendo o servidor policial civil pedir outra junta e novos exames de laboratório, caso não se conforme com o laudo.

Art. 159 — A licença é convertida em aposentadoria, na forma do art. 142, antes do prazo estabelecido, quando assim opinar a Junta Médica, por considerar definitiva, para o serviço público em geral, a invalidez do servidor policial civil.

SEÇÃO IV

DA LICENÇA PARA GESTANTE

Art. 160 — A gestante policial civil é concedida mediante inspeção médica, licença por três meses, com percepção do vencimento ou remuneração e demais vantagens legais.

§ 1.º — Salvo prescrição médica em contrário, a licença será concedida a partir do início do oitavo mês de gestação.

§ 2.º — Quando houver necessidade de preservar a saúde do recém-nascido, a licença poderá ser prorrogada por até três meses.

SEÇÃO V

DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

Art. 161 — O servidor policial civil pode obter licença, por motivo de doença na pessoa de ascendente, descendente e colateral, consanguíneo ou afim até o terceiro grau civil, do cônjuge, do qual não esteja legalmente separado, desde que prove.

I — ser indispensável a sua assistência pessoal, incompatível com o exercício do cargo,

II — viver às suas expensas a pessoa enferma.

§ 1.º — Nos casos de doença de pai, mãe, filho ou cônjuge, do qual não esteja legalmente separado, será dispensada a prova do inciso II.

§ 2.º — Prova-se a doença mediante inspeção médica na forma prevista no art. 136.

§ 3.º — A licença de que trata este artigo é concedida com vencimento ou remuneração até seis meses, daí em diante, com os seguintes descontos:

I — de um terço, quando exceder de seis meses até doze meses,

II — de dois terços, quando exceder de doze meses até dezoito meses;

III — sem vencimento, do décimo-nonno mês até o vigésimo-quarto mês, limite da licença.

SEÇÃO VI

DA LICENÇA PARA O SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO

Art. 162 — Ao servidor policial civil que for convocado para o serviço militar ou aos outros encargos de segurança nacional, será concedida licença com vencimento ou remuneração, descontada mensalmente a importância que receber na qualidade de incorporado, salvo se optar pelas vantagens do serviço militar.

§ 1.º — A licença será concedida à vista do documento oficial que prove a incorporação.

§ 2.º — Ao servidor policial civil desincorporado conceder-se-á prazo não excedente de trinta dias, para que reassuma o exercício, sem perda de vencimento ou remuneração e se a ausência exceder esse prazo, será demitido por abandono de cargo, na forma da lei.

Art. 163 — Ao servidor policial civil oficial da reserva das Forças Armadas será concedida licença, com vencimento ou remuneração integral, durante os estágios não remunerados previstos pelos regulamentos militares.

Parágrafo único — No caso de estágio remunerado, assegurar-se-lhe-á direito de opção.

SEÇÃO VII

DA LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSES PARTICULARES

Art. 164 — Depois de estável, o servidor policial civil poderá obter licença sem vencimento, para o trato de interesses particulares.

§ 1.º — O servidor policial civil aguardará em exercício a concessão da licença.

§ 2.º — A licença não perdurará por tempo superior a dois anos contínuos e só poderá ser concedida novamente, depois de decorridos cinco anos do término da anterior.

Art. 165 — Não será concedida licença para trato de interesses particulares quando inconvenientes para o serviço, nem a servidor policial civil, nomeado, removido ou transferido, antes de assumir o exercício.

Art. 166 — O servidor policial civil poderá, a qualquer tempo, desistir da licença para o trato de interesses particulares.

Art. 167 — Em caso de comprovado interesse público, a licença de que trata esta seção poderá ser cassada pela autoridade competente, devendo o servidor ser expressamente notificado do fato.

Parágrafo único — Na hipótese de que trata este artigo, o servidor policial civil deverá apresentar-se ao serviço no prazo de trinta dias, a partir da notificação, findos os quais, a sua ausência será computada como falta ao serviço.

Art. 168 — Ao servidor policial civil em exercício de cargo em comissão, não se concederá, nessa qualidade, licença para o trato de interesses particulares.

Parágrafo único — Não se concederá, igualmente, licença para o trato de interesses particulares, ao servidor policial civil que, a qualquer título, esteja ainda obrigado a indenização ou devolução aos cofres públicos.

SEÇÃO VIII

DA LICENÇA À SERVIDORA POLICIAL CIVIL CASADA COM SERVIDOR PÚBLICO

Art. 169 — A servidora policial civil casada com servidor público, civil ou militar, no caso de não ser possível a remoção

na forma desta lei, terá direito à licença sem vencimento, quando o marido for mandado servir, independentemente de solicitação, em outro ponto do Estado, do território nacional ou no exterior.

Parágrafo único — A licença é concedida mediante pedido devidamente instruído, que deverá ser renovado de dois em dois anos.

Art. 170 — Independentemente do regresso do marido, a servidora policial civil poderá reassumir o exercício a qualquer tempo.

SEÇÃO IX

DA LICENÇA ESPECIAL

Art. 171 — Ao servidor policial civil que, durante o período de dez anos consecutivos, não se afastar do exercício de suas funções, é assegurado o direito à licença especial de seis meses, por decênio, com vencimento ou remuneração e demais vantagens.

Parágrafo único — Após cada quinquênio de efetivo exercício, ao servidor policial civil que requerer, conceder-se-á licença especial de três meses, com todos os direitos e vantagens inerentes ao seu cargo efetivo.

Art. 172 — O servidor policial civil que não quiser gozar do benefício da licença especial, ficará para todos os efeitos legais, com o seu acervo de serviço público acrescido do dobro do tempo da licença que deixar de usufruir.

Art. 173 — Para os fins previstos no art. 171 não são considerados como afastamento do exercício:

- I — férias e trânsito,
- II — casamento, até oito dias,
- III — luto por falecimento de cônjuge, filho, pai, mãe, irmão, até oito dias;
- IV — convocação para serviço militar,
- V — júri e outros serviços obrigatórios por lei,
- VI — licença para tratamento de saúde, até o máximo de seis meses por quinquênio;
- VII — licença por acidentes em serviço ou moléstia profissional,
- VIII — licença à servidora policial civil gestante,
- IX — licença por motivo de doença em pessoa da família, até três meses por quinquênio;
- X — moléstia devidamente comprovada, até três dias por mês;
- XI — missão ou estudo no país ou no exterior, quando designado ou autorizado pelo Chefe do Poder Executivo;
- XII — exercício de outro cargo estadual, de provimento em comissão.

Parágrafo único — Não se inclui no prazo de licença especial o período de férias regulamentares.

Art. 174 — Não podem gozar licença especial, simultaneamente, o servidor policial civil e seu substituto legal. Neste caso, tem preferência para o gozo da licença quem requerer em primeiro lugar, ou quando requerido ao mesmo tempo, aquele que tenha mais tempo de serviço.

Parágrafo único — Na mesma repartição não poderão gozar licença especial, simultaneamente, servidores policiais civis em número superior à sexta parte do total do respectivo quadro de lotação; quando o número de servidores policiais civis for inferior a seis, somente um deles poderá entrar no gozo da licença. Em ambos os casos, a preferência será estabelecida na forma prevista neste artigo.

Art. 175 — Perderá o direito à licença especial o servidor policial civil punido com a pena de suspensão, tiver falta injustificada ou tiver sido afastado do exercício por motivo disciplinar, no respectivo período, na forma desta lei.

Capítulo VIII

DA APOSENTADORIA

Art. 176 — O servidor policial civil será aposentado:

I — por invalidez;

II — a pedido, depois de trinta e cinco (35) anos de serviço; e

III — compulsoriamente, aos setenta (70) anos de idade.

§ 1.º — No caso do inciso II, o prazo é reduzido a trinta (30) anos de serviço público, para as mulheres.

§ 2.º — Na forma da legislação federal competente, atendendo à natureza especial do serviço, poderá ocorrer a redução dos limites para a aposentadoria, estabelecidos nos incisos II e III, deste artigo.

Art. 177 — O servidor policial civil será considerado inválido nos seguintes casos:

I — após permanecer em licença para tratamento de saúde por dois anos consecutivos, se persistir a incapacidade por tempo indeterminado, verificada por Junta Médica integrada, pelo menos por um médico legista;

II — a qualquer tempo, quando apresentar defeito físico ou moléstia, comprovada por laudo médico, que o impossibilite para o exercício da função policial.

Art. 178 — O servidor policial civil será aposentado, a pedido:

I — com provento correspondente à remuneração integral do cargo efetivo; e

II — com as vantagens do cargo em comissão ou função gratificada do nível mais elevado, se o servidor policial civil houver exercido, na área do Poder Executivo, por um período não inferior a cinco anos ininterruptos ou não, um ou mais cargos em comissão ou funções gratificadas, desde que esse cargo ou função haja sido exercido por um mínimo de doze meses, ainda que o cargo em comissão ou função gratificada, tenha passado, por força de legislação nova, a ter outra denominação e valor.

Parágrafo único — No caso do servidor policial civil ter optado pelo vencimento do cargo efetivo acrescido da gratificação prevista no art. 78, entende-se por vantagem do cargo em comissão, para os efeitos deste artigo, a percepção dessa gratificação.

Art. 179 — O provento do servidor policial civil inativo será revisto na mesma proporção, sempre que ocorrer a modificação geral dos vencimentos dos servidores policiais civis em atividade.

Art. 180 — Aplicam-se aos servidores policiais civis aposentados, os preceitos do art. 210, inciso XVIII, desta lei.

Capítulo IX

DA DISPONIBILIDADE

Art. 181 — Disponibilidade é o afastamento do serviço do servidor policial civil efetivo em virtude de extinção do cargo, ou da declaração de sua desnecessidade.

Art. 182 — O servidor policial civil ficará em disponibilidade remunerada:

I — quando, dispondo de estabilidade no serviço, houver sido extinto o cargo de que era titular;

II — quando, tendo sido reintegrado, não for possível, na forma deste Estatuto, sua recondução no cargo de que era detentor.

§ 1.º — O servidor policial civil em disponibilidade será obrigatoriamente aproveitado na primeira vaga que ocorrer, que não se destine a promoção por antiguidade, atendidas as condi-

ções de habilitação profissional e equivalência de vencimento ou remuneração.

§ 2.º — Restabelecido o cargo, ainda que modificada a sua denominação, será obrigatoriamente aproveitado nele, se já não o tiver sido em outro, o servidor policial civil posto em disponibilidade quando de sua extinção.

§ 3.º — A disponibilidade no cargo efetivo não exclui a nomeação para cargo em comissão, com direito a opção.

§ 4.º — Enquanto não vagar cargo nas condições previstas para o aproveitamento do servidor policial civil em disponibilidade, nem se verificar a hipótese a que alude o parágrafo anterior, poderá o Chefe do Poder Executivo, atribuir-lhe, em caráter temporário, funções compatíveis com o cargo que ocupava.

§ 5.º — O servidor policial civil colocado em disponibilidade poderá ser aposentado, a pedido.

Art. 183 — O período relativo à disponibilidade é considerado como de exercício somente para efeito de aposentadoria e gratificação adicional.

Capítulo X

DA PENSÃO ESPECIAL

Art. 184 — Fica assegurado à viúva e aos filhos de integrante da Polícia Civil, sem prejuízo da pensão devida normalmente pelo órgão previdenciário o direito de perceberem, mensalmente, uma pensão especial:

I — correspondente à diferença entre a pensão concedida pelo Instituto de Previdência do Estado e a 60% (sessenta por cento) da remuneração do mês anterior ao do falecimento, quando este ocorrer com o servidor policial civil em atividade, ou

II — correspondente a 50% (cinquenta por cento) da remuneração do mês anterior ao do falecimento do servidor policial civil, quando este ocorrer em consequência de acidente em serviço, não devendo, a soma desta pensão com a deferida pelo órgão previdenciário, ultrapassar a 100% (cem por cento) da remuneração.

§ 1.º — A pensão que acompanhará os aumentos gerais de vencimentos, será paga:

- a) - metade à viúva do servidor policial civil,
- b) - metade aos filhos varões, até atingirem a maioridade e sem limite de idade desde que sofram de moléstia que os impossibilite de trabalhar e às suas filhas solteiras ainda que maiores.

§ 2.º — Perderão o direito à pensão prevista neste artigo a viúva do servidor policial civil que contrair novas núpcias, os filhos e filhas que se casarem e os filhos que atingirem a maioridade ou possuam recursos próprios para a sua subsistência.

Capítulo XI

DA CONSIGNAÇÃO

Art. 185 — É permitida a consignação em folha de vencimento, remuneração ou proventos, a entidades beneficentes ou de direito público, podendo servir a garantia de:

I — juros e amortização de empréstimos ou financiamentos imobiliários;

II — pagamento de contribuições e despesas financiadas ou afiançadas por entidades associativas e beneficentes ou de previdência social.

Art. 186 — Além da consignação em folha, para fins do artigo anterior, poderão ser admitidos os seguintes descontos:

I — quantias devidas ou contribuições fixadas em lei a favor da Fazenda Estadual ou Nacional;

- II – contribuições para montepio, ou pensão, desde que de instituições oficiais;
- III – prêmio de seguro de vida;
- IV – pensão alimentícia, em cumprimento de decisão judicial,
- V – aluguel para residência do consignante e sua família, comprovado com o contrato de locação.

Art. 187 – Nenhum desconto deverá ser efetuado em folha, sem prévia averbação na ficha financeira individual.

Parágrafo único – O pagamento ao consignatário será realizado no decorrer do mês subsequente ao do desconto.

Art. 188 – A soma das consignações não deverá exceder a quarenta por cento do vencimento, remuneração ou provento.

Parágrafo único – Este limite poderá ser elevado até setenta por cento, para prestação alimentícia, educação, aluguel de casa ou aquisição de imóvel destinado a moradia própria e despesas hospitalares.

TÍTULO IV

Capítulo Único

DA VACÂNCIA DOS CARGOS

Art. 189 – A vacância do cargo decorrerá de:

- I – exoneração,
- II – demissão;
- III – promoção e acesso;
- IV – readaptação;
- V – aposentadoria;
- VI – nomeação para outro cargo, observado o disposto nesta lei e ressalvados os seguintes casos:
 - a) - substituição,
 - b) - cargo de governo ou direção,
 - c) - cargo em comissão.
- VII – falecimento.

Art. 190 – Dar-se-á a exoneração.

- I – a pedido, ou
- II – “ex-officio”,
 - a) - quando se tratar de cargo em comissão;
 - b) - quando não satisfeitas as condições de estágio probatório.

Art. 191 – A vaga ocorrerá na data:

- I – da publicação do ato de promoção, acesso, readaptação, aposentadoria, exoneração ou demissão do ocupante do cargo;
- II – da posse em outro cargo, observado o disposto no inciso VI, do art. 189;
- III – do falecimento do ocupante do cargo,
- IV – da vigência do ato que criar o cargo e conceder dotação para o seu provimento ou de que determinar esta última medida, se o cargo estiver criado;
- V – da vigência do ato que extinguir cargo, cuja dotação permita o preenchimento de cargo vago.

Parágrafo único – Ocorrendo o preenchimento da vaga, serão consideradas abertas, na mesma data, todas as vagas que decorrerem desse preenchimento.

Art. 192 – Tratando-se de função gratificada, dar-se-á a vacância por dispensa, a pedido ou “ex-officio”, ou por substituição.

Art. 193 – A demissão é aplicada como penalidade.

TÍTULO V

Capítulo Único

DO DIREITO DE PETIÇÃO

Art. 194 – É assegurado ao servidor policial:

- I – o direito de requerer ou representar,
- II – o direito de pedir reconsideração, de ato ou decisões proferidas em primeiro despacho conclusivo.

Art. 195 – Para exercício dos direitos assegurados no artigo anterior, observar-se-á:

- I – o requerimento ou representação é dirigido à autoridade competente para decidí-lo e encaminhado por intermédio daquela a que esteja imediatamente subordinado o requerente,
- II – o pedido de reconsideração é dirigido à autoridade que haja expedido o ato ou proferido a primeira decisão e não pode ser renovado.

§ 1.º – A decisão final do requerimento ou representação deve ser dada no prazo máximo de sessenta dias, e o pedido de reconsideração no de trinta dias, ambos os prazos contados da data do recebimento das petições, na repartição em que tenha sede a autoridade competente para a decisão.

§ 2.º – Proferida a decisão, é ela imediatamente publicada no órgão oficial, sob pena de responsabilidade do servidor policial civil ou funcionário, incumbido da publicação.

Art. 196 – Cabe recurso:

- I – do indeferimento do pedido de reconsideração,
- II – das decisões sobre recursos sucessivamente interpostos.

§ 1.º – O recurso é dirigido à autoridade imediatamente superior à que tenha expedido o ato ou tenha proferido a decisão, observados o prazo e condições estabelecidos para a decisão final de requerimento ou representação, constantes dos §§ 1.º e 2.º, do artigo anterior.

§ 2.º – O encaminhamento do recurso é sempre feito por intermédio da autoridade a que esteja imediatamente subordinado o recorrente.

Art. 197 – O pedido de reconsideração e o recurso não tem efeito suspensivo; o que for promovido retroagirá, nos seus efeitos, à data do ato impugnado.

Art. 198 – O direito de pleitear na esfera administrativa prescreverá.

- I – em cinco anos, quanto aos atos que decorram de demissão, aposentadoria ou sua cassação, e disponibilidade, ressalvado o direito de requerer a revisão do processo disciplinar.

- II – em cento e vinte dias, nos demais casos.

Art. 199 – Os prazos de prescrição, contar-se-ão da data da publicação, no órgão oficial, do ato impugnado ou, quando este for de natureza reservada, da data da ciência do interessado, a qual deverá constar do processo respectivo.

Art. 200 – O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição até duas vezes, começando-se a contagem do prazo a partir da data da publicação oficial do despacho denegatório ou restritivo do pedido.

Art. 201 – São improrrogáveis os prazos estabelecidos neste Capítulo.

Art. 202 – A instância administrativa poderá ser renovada:

- I – quando se tratar de ato manifestamente ilegal;
- II – quando o ato impugnado tenha tido como pressuposto depoimento ou documento cuja falsidade venha a ser comprovada;
- III – se, após a expedição do ato, surgir elemento novo de prova que autorize a revisão do processo.

Art. 203 – As certidões sobre matéria de pessoal serão fornecidas pelo órgão competente, de acordo com elementos e registros existentes, obedecidas as normas constitucionais.

Art. 204 – O disposto neste Capítulo, não se aplica aos recursos de que trata o art. 263 e seguintes, desta lei.

TÍTULO VI

DO IMPEDIMENTO, SUSPEIÇÃO E HIERARQUIA FUNCIONAL

Capítulo I

DO IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO

Art. 205 — Os Delegados de Polícia e Comissários de Polícia não poderão servir nas sedes de Comarcas, nas quais o Juiz ou o Agente do Ministério Público seja seu cônjuge, ascendente, descendente ou colateral até o terceiro grau, por consanguinidade ou afinidade.

Parágrafo único — Excetuam-se as unidades ou serviços na Comarca da Capital do Estado ou em Comarcas onde haja mais de uma Vara Criminal.

Art. 206 — O Delegado de Polícia e o Comissário de Polícia, este quando designado para aquela função, dar-se-ão por impedidos de funcionar em procedimento onde qualquer das partes seja parente consanguíneo ou afim até o terceiro grau; por suspeitos, se forem amigos íntimos ou inimigos de qualquer das partes, ou tiverem interesse direto ou indireto na causa.

Capítulo II

DA HIERARQUIA POLICIAL

Art. 207 — A hierarquia policial civil alicerça-se na ordenação da autoridade, nos diferentes níveis que compõem o organismo da Polícia Civil.

Art. 208 — A disciplina policial fundamenta-se na subordinação hierárquica e funcional, no cumprimento das leis, regulamentos e normas de serviço.

Parágrafo único — A hierarquia da função prevalece sobre a hierarquia do cargo, nos casos disciplinados neste Estatuto.

Art. 209 — Os servidores policiais civis de classe mais elevada têm precedência hierárquica sobre os de classe inferior da mesma carreira, quando em exercício na mesma unidade ou prestarem serviço em equipe.

§ 1.º — Havendo igualdade na classe, terá preferência:

I — o mais antigo na série de classe, ou quando a antiguidade for a mesma, o que registrar mais tempo de serviço na carreira policial, e assim sucessivamente até o mais idoso; e

II — o servidor policial civil do serviço ativo sobre o inativo.

§ 2.º — Os servidores policiais civis integrantes das carreiras do Quadro de Pessoal da Polícia Civil e demais servidores em exercício em unidades policiais civis, sediados no interior do Estado, ficam subordinados à autoridade policial competente.

§ 3.º — Os servidores da Polícia Científica, no interior do Estado, subordinam-se administrativamente à autoridade policial competente, exceto os dos Institutos Médico Legal e de Criminalística, quando houver Seção Técnica em funcionamento, com a respectiva chefia preenchida.

TÍTULO VII

DO REGIME DISCIPLINAR

Capítulo I

DOS DEVERES E DAS TRANSGRESSÕES DISCIPLINARES

Art. 210 — São deveres do servidor policial civil:

- I — assiduidade e pontualidade;
- II — discrição,
- III — urbanidade;
- IV — lealdade às instituições;

- V — cumprimento das normas legais e regulamentares,
- VI — obediência às ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;
- VII — portar a insígnia e a cédula de identidade funcionais,
- VIII — providenciar para que esteja sempre em ordem, no assentamento individual, a sua declaração de família e a declaração de bens, esta para os servidores policiais civis que ocupem cargos ou funções de chefia;
- IX — levar ao conhecimento da autoridade policial superior, reservadamente, quando necessário, mas sempre por escrito, irregularidade de que tiver ciência em razão do cargo ou função;
- X — zelar pela economia e conservação do material que lhe for confiado ou sobre o qual exerça diretamente fiscalização,
- XI — não utilizar para fins particulares, sob qualquer pretexto, instalações, material ou equipamento destinados a uso oficial;
- XII — atender prontamente:
 - a) - as requisições das autoridades judiciárias e do Ministério Público;
 - b) - as determinações superiores, no tocante a trabalhos policiais desenvolvidos em horário fora do normal; e
 - c) - a expedição das certidões requeridas para defesa de direitos.
- XIII — observar o princípio da hierarquia funcional,
- XIV — estar em dia com as normas de interesse policial,
- XV — divulgar para conhecimento dos subordinados, as normas referentes ao inciso anterior;
- XVI — freqüentar, com assiduidade, cursos instituídos periodicamente pela Escola de Polícia Civil, quando esteja matriculado,
- XVII — guardar sigilo sobre documentação ou investigação de qualquer natureza, que possa mediata ou imediatamente, causar prejuízos à administração da justiça, às pessoas, entidades ou proporcionar embargos à administração em geral;
- XVIII — zelar pelo bom nome e conceito da Instituição Policial Civil, observando procedimento irrepreensível, tanto na vida pública, como na particular, e correlação nos seus deveres com a sociedade,
- XIX — manter-se preparado física e intelectualmente para o cabal desempenho de sua função;
- XX — concorrer, na esfera de suas atribuições para a manutenção da ordem e segurança pública;
- XXI — comparecer à unidade ou serviço policial, independentemente de convocação, quando tiver conhecimento de iminente perturbação da ordem, ou em caso de calamidade pública;
- XXII — apresentar-se decentemente trajado em serviço, e expressar-se com linguagem condigno à função e cargo desempenhados;
- XXIII — submeter-se a inspeção médica sempre que for determinado pela autoridade competente;
- XXIV — tomar providências preliminares em torno de ocorrência policial de que tenha conhecimento, independentemente de horário de serviço;
- XXV — aceitar encargos inerentes à classe, para os quais for designado, salvo os cargos de confiança ou as exceções previstas em lei;
- XXVI — participar das comemorações do “Dia da Polícia”, exaltando o vulto de Joaquim José da Silva Xavier, o “Tiradentes”, Patrono da Polícia; e
- XXVII — residir na sede do município onde exerce o cargo ou função, ou onde autorizado.

Art. 211 — É vedado ao servidor policial civil:

- I — participar de atividades político-partidárias, salvo se

licenciado para tratar de interesse particular,

II — quebrar o sigilo de assunto policial e de segurança, de modo a prejudicar o andamento de investigações ou outros trabalhos policiais ou de segurança;

III — retirar, modificar ou substituir, sem prévia autorização da autoridade competente, qualquer documento de unidade policial, com o fim de criar direitos ou obrigações ou de alterar a verdade dos fatos;

IV — valer-se de sua qualidade de servidor policial civil, para melhor desempenhar atividades estranhas ou incompatíveis às funções, ou para lograr proveito direta ou indiretamente, por si ou por interposta pessoa, em detrimento da dignidade do cargo ou função,

V — receber propinas, comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie, em razão do cargo ou função;

VI — cometer a pessoa estranha ao serviço policial civil, salvo nos casos previstos em lei, o desempenho de encargos que lhe competirem ou a seus subordinados, e

VII — expedir credenciais para terceiros desempenharem funções privativas da Polícia Civil, ressalvados os casos permitidos em lei.

Art. 212 — São transgressões disciplinares:

I — todas as ações ou omissões contrárias ao dever funcional ou expressamente proibidas, cometidas pelo servidor policial civil, especificadas nesta lei; e

II — todas as ações ou omissões são especificadas neste Estatuto, nem qualificadas como infrações nas leis penais, contra o decorro da classe, contra os preceitos de subordinação, regras e ordens de serviço, estabelecidas nas leis, regulamentos, regimentos, resoluções ou portarias, desde que oriundas de autoridade competente.

Art. 213 — São ainda, especificamente, transgressões disciplinares:

I — referir-se de modo depreciativo às autoridades e a atos da administração pública, qualquer que seja o meio empregado para esse fim, salvo quando em trabalho assinado, apreciando atos dessas autoridades, sob o ponto de vista doutrinário com ânimo construtivo,

II — divulgar fatos ocorridos na repartição ou propiciar-lhes a divulgação, bem como, referir-se desrespeitosamente e depreciativamente às autoridades e atos da administração, salvo a hipótese do fim do inciso anterior;

III — divulgar os assuntos policiais e de segurança, de modo a prejudicar o andamento de investigações ou outros trabalhos policiais, e quebrar o sigilo sobre planos, dispositivos de segurança ou recursos disponíveis, sem prévia autorização superior,

IV — extraviar ou dar, ceder ou entregar insígnia ou cédula de identidade funcional, a quem não exerça cargo policial,

V — divulgar boatos ou notícias tendenciosas;

VI — indispor funcionários contra os seus superiores hierárquicos ou provocar velada ou ostensiva animosidade entre os servidores policiais civis;

VII — deixar de pagar, com regularidade, as pensões a que esteja obrigado em virtude de decisão judicial;

VIII — deixar de saldar dívidas legítimas;

IX — deixar de exercer a autoridade compatível à sua classe, cargo ou função;

X — não atender a observação da autoridade competente, no sentido de satisfazer débito já reclamado;

XI — manter relações de amizade ou exibir-se em público

com pessoas de má reputação ou de notórios e desabonadores antecedentes criminais, salvo em razão do serviço;

XII — praticar ato que importe em escândalo ou que concorra para comprometer a instituição ou função policial,

XIII — portar-se sem compostura em lugar público;

XIV — receber propinas, comissões, presentes ou auferir vantagens e proveitos pessoais de qualquer espécie e sob qualquer pretexto, em razão das atribuições do cargo que exerce;

XV — retirar, sem prévia autorização de autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

XVI — cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargos que lhe competirem ou a seus subordinados;

XVII — valer-se do cargo com o fim ostensivo ou velado, de obter proveito de natureza político-partidária, para si ou terceiros,

XVIII — participar da gerência ou administração de empresa, qualquer que seja a sua finalidade;

XIX — exercer comércio ou participar de sociedade comercial, salvo como acionista, cotista ou comanditário;

XX — praticar usura, em qualquer de suas formas,

XXI — pleitear, como procurador, ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de vencimentos, vantagens e proventos de parentes até segundo grau;

XXII — faltar com a verdade no exercício de suas funções;

XXIII — utilizar-se do anonimato para qualquer fim;

XXIV — tomar parte em jogos proibidos, ou jogar os permitidos, em recinto policial, de modo a comprometer a dignidade funcional;

XXV — deixar de comunicar, imediatamente, à autoridade competente, faltas ou irregularidades que haja presenciado ou de que tenha tido ciência;

XXVI — deixar de cumprir ou de fazer cumprir, na esfera de suas atribuições, as leis e os regulamentos;

XXVII — deixar de assumir no prazo legal, a função para a qual foi designado;

XXVIII — deixar de comunicar à autoridade competente, ou a que esteja substituindo, informação que tiver de iminente perturbação da ordem pública ou da boa marcha do serviço, tão logo disso tenha conhecimento;

XXIX — dificultar ou deixar de levar ao conhecimento da autoridade competente, por via hierárquica e em vinte e quatro horas, queixa, representação, petição, recurso ou documento que houver recebido, se não estiver na sua alçada resolvê-los;

XXX — negligenciar parte, queixa, representação ou procedimentos administrativos ou criminais;

XXXI — enunciar, falsa ou tendenciosamente, parte, queixa ou representação;

XXXII — aconselhar ou concorrer para não ser cumprida qualquer ordem de autoridade competente, ou para que seja retardada a sua execução;

XXXIII — provocar a paralização, total ou parcial do serviço policial, ou dele participar;

XXXIV — trabalhar mal, intencionalmente ou com negligência, em detrimento do serviço;

XXXV — permutar o serviço, sem expressa permissão da autoridade competente;

XXXVI — abandonar o serviço para o qual haja sido de-

- signado,
- XXXVII – faltar ou chegar atrasado ao serviço, ou deixar de participar, com antecedência, à autoridade a que estiver subordinado, a impossibilidade de comparecer à repartição, salvo motivo plenamente justificável;
- XXXVIII – não se apresentar, sem motivo justo, ao fim de licença de qualquer natureza, férias ou dispensa de serviço, ou ainda, depois de saber que qualquer delas foi interrompida por ordem legal e superior;
- XXXIX – atribuir-se a qualidade de representante de qualquer repartição da Secretaria da Segurança Pública ou de seus dirigentes, sem estar expressamente autorizado;
- XL – deixar de portar sua credencial oficial, estando ou não em serviço;
- XLI – contrair dívidas ou assumir compromissos superiores às suas possibilidades financeiras, comprometendo o bom nome da organização policial civil;
- XLII – freqüentar, fora do serviço, lugar incompatível com o decoro da função policial;
- XLIII – fazer uso indevido da arma;
- XLIV – praticar violência desnecessária no exercício da função policial;
- XLV – permitir, por ação ou omissão, que presos conservem em seu poder objetos que possam causar danos nas dependências a que estejam recolhidos, ou produzir lesões em terceiros;
- XLVI – omitir-se no zelo da integridade física ou moral dos presos, ou negligenciar na sua guarda;
- XLVII – concorrer de qualquer forma para defesa de interesse de pessoa custodiada ou presa, fora dos casos previstos em lei;
- XLVIII – desrespeitar ou procrastinar o cumprimento de ordem de autoridade superior;
- XLIX – dirigir-se, referir-se, portar-se ou apresentar-se perante seu superior, de modo desrespeitoso ou sem a observância do princípio hierárquico;
- L – ensejar a divulgação de documentos oficiais ou peças, sem autorização expressa da autoridade competente;
- LI – dar-se ao vício da embriaguez contumaz ou de substância que provoque dependência física ou psíquica;
- LII – comparecer a qualquer ato de serviço em visível estado de embriaguez, ou ingerir bebidas alcoólicas durante o mesmo;
- LIII – acumular cargos públicos, ressalvadas as exceções previstas neste estatuto;
- LIV – deixar, sem justa causa, de submeter-se a inspeção médica determinada pela lei ou pela autoridade competente;
- LV – deixar de concluir, nos prazos legais, sem justo motivo, procedimentos investigatórios ou disciplinares ou quanto a estes últimos, como membro da respectiva comissão, negligenciar no cumprimento das obrigações que lhe são inerentes, apresentando conclusão não compatível com a prova dos autos;
- LVI – prevalecer-se, abusivamente, da condição de servidor policial civil;
- LVII – negligenciar a utilização e guarda de objetos pertencentes à repartição policial e que em decorrência da função ou para o seu exercício lhe hajam sido confiados, possibilitando que os danifiquem ou extraviem;
- LVIII – omitir ou declarar falsamente conceito sobre servidor policial civil em regime de estágio probatório;
- LIX – dar causa, intencionalmente, ao extravio ou danificação de objetos, livros, material de expediente, pertencentes à repartição policial e que, estejam confiados à sua guarda ou não;
- LX – adquirir, para revenda, de associações de classe ou entidade beneficente em geral, gêneros ou quaisquer outras mercadorias;
- LXI – deixar de comunicar imediatamente ao juiz competente, a prisão em flagrante de qualquer pessoa;
- LXII – levar à prisão e nela conservar quem quer que se proponha a prestar fiança permitida em lei;
- LXIII – cobrar carceragem, custas, emolumentos ou qualquer outra despesa, não autorizada em lei;
- LXIV – praticar ato lesivo à honra ou ao patrimônio de pessoa natural ou jurídica, com abuso ou desvio de poder ou sem a competência legal;
- LXV – atentar, com abuso de autoridade ou prevalecendo-se dela, contra a inviolabilidade de domicílio;
- LXVI – favorecer ou prejudicar alguém por evidente má fé, no preenchimento de boletins de merecimento ou retardar o andamento de papéis de promoção ou acesso.
- LXVII – deixar de acatar ou de cumprir ordens emanadas de autoridade competente;
- LXVIII – participar de atividades político-partidárias, salvo se licenciado para tratar de interesse particular, observadas as exceções previstas em lei;
- LXIX – recusar-se ilegitimamente a aceitar encargos inerentes à classe, para os quais foi designado, salvo os cargos de confiança ou as exceções previstas em lei;
- LXX – quebrar o sigilo de assuntos policiais ou de segurança, de modo a prejudicar o andamento de investigações ou outros trabalhos policiais ou de segurança;
- LXXI – recorrer pessoalmente ou por pessoas interpostas a terceiros com o propósito de auferir vantagens ou postular designações, remoções, licenças e promoções em desacordo com as normas regulamentares ou regimentais, ou ainda, superpondo-se às autoridades diretamente responsáveis e ao interesse administrativo.
- § 1.º – A falta a dia-aula dos cursos referidos no inciso XVI do artigo 210, equivalerá, para todos os efeitos, à ausência ao serviço, salvo se causada por motivo justo, comunicada e inequivocamente evidenciada em tempo hábil, através de prova idônea apresentada até às quarenta e oito horas imediatamente seguintes.
- § 2.º – Será eliminado do curso e exonerado do cargo, o servidor policial civil que esteja em estágio probatório e que não atingir percentual igual a 90% (noventa por cento) dos trabalhos relativos à aulas e atividades escolares.

Capítulo II

DA RESPONSABILIDADE

Art. 214 – Pelo exercício irregular de suas atribuições, o servidor policial civil responde civil, penal e administrativamente.

Art. 215 – A responsabilidade civil decorrer de procedimento doloso ou culposo que importe em prejuízo da Fazenda Pública Estadual ou de terceiros.

§ 1.º — A indenização de prejuízos causados à Fazenda Pública será liquidada mediante desconto em prestações mensais não excedentes a 20% (vinte por cento) do vencimento, à mingua de outros bens que por ela respondam, a ser cobrada após o término do procedimento disciplinar, independente de qualquer pronunciamento judicial.

§ 2.º — Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor policial civil perante a Fazenda Pública Estadual, em ação regressiva proposta depois de transitado em julgado a decisão que condenar o Estado a indenizar o terceiro prejudicado.

Art. 216 — A responsabilidade penal abrange as infrações penais imputadas ao servidor policial civil nessa qualidade.

§ 1.º — O Conselho da Polícia Civil, por 2/3 (dois terços) de seus membros, poderá decidir pelo afastamento temporário ou não do exercício do cargo ou das funções, com supressão das vantagens previstas nesta lei, e por maioria simples, sobre a progressão funcional ou não do servidor policial civil, processado criminal ou disciplinarmente, respectivamente.

§ 2.º — No caso de condenação, não sendo esta de natureza a determinar a demissão, passará o servidor policial civil a prestar serviços em unidade policial onde o exercício do cargo ou função seja compatível com as condições da suspensão condicional da pena cominada na sentença condenatória.

Art. 217 — A responsabilidade administrativa resulta de ação ou omissão no desempenho do cargo ou função.

Art. 218 — As cominações civis, penais e disciplinares cumular-se-ão, sendo umas e outras independentes entre si, bem assim, as instâncias civil, penal e administrativa.

Art. 219 — O policial militar ou de órgão em execução de policiamento posto à disposição das Delegacias, ficará funcionalmente subordinado à autoridade policial competente, obrigado a cumprir as ordens e sujeitando-se às disposições regulamentares concernentes à execução dos serviços policiais respectivos.

Art. 220 — Cabe à autoridade policial responsável pelo serviço, comunicar à unidade competente as faltas disciplinares cometidas por policiais militares postos à sua disposição ou que estejam a ele vinculados em função do serviço executado.

§ 1.º — A configuração e graduação da pena disciplinar, de acordo com os regulamentos específicos de cada unidade, caberão ao chefe hierárquico do transgressor, que sobre este tenha competência disciplinar.

§ 2.º — O Conselho Superior de Polícia será o colegiado competente para dirimir controvérsias ou conhecer de recursos nos casos previstos neste artigo.

Art. 221 — Cometerá falta de natureza grave o superior hierárquico que dificultar, impedir ou de alguma forma frustrar a aplicação de penalidade disciplinar.

Capítulo III

DAS PENAS DISCIPLINARES

Art. 222 — São penas disciplinares:

- I — advertência;
- II — repreensão;
- III — suspensão ou multa;
- IV — destituição de função e ou remoção compulsória;
- V — demissão, e
- VI — cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

Art. 223 — Constitui circunstância que exclui sempre a pena disciplinar, a não exigibilidade de outra conduta do servidor policial civil.

Parágrafo único — São causas que excluem ou isentam o servidor policial civil de pena disciplinar, as previstas no Código Penal Brasileiro.

Art. 224 — São circunstâncias que atenuarão a pena, sal-

vo quando prevista a demissão:

I — haver o transgressor procurado diminuir as consequências da falta, ou haver, antes da aplicação desta, reparado o dano; e

II — haver o transgressor confessado espontaneamente a falta perante a autoridade sindicante ou processante, de modo a facilitar a apuração daquela.

Art. 225 — São circunstâncias que agravam a pena, quando não constituem ou qualificam outra transgressão disciplinar:

I — reincidência;

II — prática de transgressão durante a execução de serviço policial sem prejuízo deste;

III — coação, instigação ou determinação para que outro servidor policial civil, subordinado ou não, pratique a transgressão ou dela participe;

IV — impedir ou dificultar, de qualquer maneira, a apuração da falta funcional cometida; e

V — concurso de dois ou mais agentes na prática da transgressão.

Art. 226 — As penas de advertência e de repreensão, que serão sempre aplicadas por escrito e deverão constar do assentamento individual do servidor policial civil, destinam-se às faltas que, não constituindo expressamente objeto de qualquer outra sanção, sejam a critério da administração policial, consideradas de natureza leve.

§ 1.º — Serão punidas com pena de advertência ou de repreensão, as transgressões disciplinares previstas nos incisos I e II, do artigo 212, desde que não constituam ou qualifiquem outra transgressão disciplinar.

§ 2.º — Serão punidas com pena de repreensão, as transgressões disciplinares previstas nos incisos IX, X, XXIII, XXV, XXVII, XXXV, XXXIX, XL e LXXI, do artigo 213, desta lei.

Art. 227 — A pena de suspensão, que acarretará a perda da remuneração, não excederá de noventa dias, e será aplicada, em caso de falta grave ou reincidência.

§ 1.º — Para os efeitos deste artigo, são de natureza grave as transgressões disciplinares previstas nos incisos IV, VII, VIII, XIII, XXI, XXII, XXIV, XXVIII, XXIX, XXX, XXXI, XXXIV, XXXVI, XXXVII, XXXVIII, XLII, XLIV, XLV, LII, LIV, LV, LVI, LVII, LIX, LX, LXI, LXV e LXIX, do artigo 213, desta lei.

§ 2.º — Por conveniência do serviço policial, assim entendido pela autoridade processante ou Conselho da Polícia Civil, a pena prevista neste artigo poderá ser convertida em multa, na base de cinquenta por cento por dia de vencimento ou remuneração, desde que primário o servidor policial civil, obrigado, neste caso, a permanecer no serviço.

§ 3.º — Quando a pena de suspensão for convertida em multa, na forma do parágrafo anterior, o servidor policial civil não conta o tempo do período da suspensão para nenhum efeito.

Art. 228 — Além do procedimento judicial que couber, serão considerados como de suspensão os dias em que o servidor policial civil deixar de atender às intimações judiciais, sem motivo justificado.

Art. 229 — A destituição de função ou a remoção compulsória, terão por fundamento a falta de exação no cumprimento do dever, ou a inconveniência de permanecer o servidor policial civil no exercício de suas atividades em determinada unidade ou localidade.

Art. 230 — A pena de demissão será aplicada, mediante prévio processo disciplinar, quando se caracterizar:

- I — crime contra os costumes ou contra o patrimônio e que, por sua natureza e configuração sejam considerados como infamantes, tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica de modo a incompatibilizar o servidor policial civil, para o exer-

- cício da função ou cargo;
- II — crime contra a administração pública;
- III — lesão aos cofres públicos e dilapidação ao patrimônio estadual;
- IV — ameaça ou ofensa física contra superior hierárquico, funcionário ou particular;
- V — insubordinação grave em serviço;
- VI — ineficiência no serviço;
- VII — revelação de segredo que o servidor policial civil conhece em razão do cargo;
- VIII — abandono do cargo, como tal entendida a ausência ao serviço, sem causa justificada, por trinta dias consecutivos;
- IX — ausência ao serviço sem causa justificada, por mais de quarenta e cinco dias, não consecutivos, no período de um ano;
- X — propiciar ou possibilitar intencionalmente a fuga de preso sob a sua guarda ou responsabilidade;
- XI — infringência às proibições previstas no artigo 211, desta lei; e
- XII — transgressões dos incisos I, II, III, V, VI, XI, XII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXVI, XXXII, XXXIII, XLI, XLIII, XLVI, XLVII, XLVIII, XLIX, L, LI, LIII, LVIII, LXII, LXIII, LXIV, LXVI, LXVII, LXVIII e LXX, do art. 213, desta lei.

Parágrafo único — Poderá ser ainda aplicada a pena de demissão, ocorrendo contumácia na prática de transgressões disciplinares, de qualquer natureza, desde que o servidor policial civil tenha sido punido com pena de suspensão, por mais de três vezes.

Art. 231 — O ato originador da demissão do servidor civil, mencionará sempre, a causa da penalidade.

Art. 232 — A aplicação de penalidades pelas transgressões disciplinares constantes deste Estatuto, não exime o servidor policial civil da obrigação de indenizar o Estado pelos prejuízos causados.

Art. 233 — Atenta a gravidade da falta, a demissão poderá ser aplicada com a nota “a bem do serviço público”, a qual constará sempre dos atos de demissão, fundada nos incisos I, II, III, IV e V do artigo 230 e nos incisos I, II, III e XIV do art. 213, desta lei.

Art. 234 — Serão cassadas, por determinação da autoridade policial processante, a identificação oficial e a arma oficial de uso pessoal, do servidor policial civil a que for atribuída transgressão, cuja pena cominada seja a de demissão.

Parágrafo único — O não atendimento à determinação deste artigo, implica em suspensão do vencimento do acusado, sem prejuízo das sanções disciplinares.

Art. 235 — Será cassada a aposentadoria ou disponibilidade se ficar provado que o inativo:

- I — praticou falta grave no exercício do cargo ou função;
- II — aceitou representação de Estado estrangeiro, sem prévia autorização do Presidente da República;
- III — praticou usura em qualquer de suas formas.

Parágrafo único — Será igualmente cassada a disponibilidade do servidor policial civil, que não assumir o exercício do cargo ou função em que for aproveitado.

Capítulo IV

DA CUSTÓRIA PREVENTIVA

Art. 236 — Sem constituir um ato de prisão, a autoridade policial imediata, poderá determinar, até três dias, elevada ao dobro, a critério do Delegado Geral da Polícia Civil, a custódia preventiva de qualquer servidor policial civil, na unidade em que

presta serviços ou em dependência especial da Polícia Civil:

- I — para assegurar as condições de não interferência do servidor policial civil na elucidação de fatos havidos como transgressões que lhe sejam imputados;
- II — quando a ação do servidor policial civil constituir-se em comportamento funcional iníquo ou degradante, incompatível com as normas vigorantes e provoque intenso clamor na opinião pública; e
- III — para evitar evasão que provoque dilação ou dificulte os procedimentos elucidatórios.

§ 1.º — O período de custódia preventiva será computado como de serviço normal prestado à unidade policial.

§ 2.º — O servidor policial civil não sofrerá durante o período de custódia preventiva, qualquer redução na remuneração percebida.

§ 3.º — A custódia preventiva deverá ser entendida como de contínua e incessante permanência em dependência da unidade policial em que serve ou que lhe for determinada pela autoridade imediata.

§ 4.º — A custódia preventiva implicará, por sua vez, no decurso do período, de isolamento limitado a dependência da unidade, sendo vedado ao servidor policial civil qualquer contato não autorizado pela autoridade policial que a determinou.

§ 5.º — A autoridade policial que determinar a custódia preventiva, dará ao Delegado Geral da Polícia Civil, conhecimento imediato e circunstanciado, por ato escrito, das razões que a levaram a optar pela medida.

Art. 237 — A competência para determinação de medida de resguardo administrativo, previsto no artigo precedente, desde que não seja aplicada pela autoridade imediata, poderá sê-lo pelo Delegado Chefe da Divisão ou Subdivisão Policial respectiva, ou pelo Delegado Geral da Polícia Civil.

Capítulo V

DA COMPETÊNCIA PARA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

Art. 238 — Para imposição de pena disciplinar são competentes:

- I — o Governador do Estado, nos casos de demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade de servidor policial civil, e em quaisquer penas, havendo conexão ou continência;
- II — o Conselho da Polícia Civil, “ex-officio”, em casos de advertência, repreensão e suspensão;
- III — o Delegado Geral da Polícia Civil, no caso de destituição de função e remoção compulsória; e
- IV — as autoridades policiais titulares de unidades policiais ou de serviços, na forma do que dispuser a norma regulamentar.

Art. 239 — Da pena aplicada será dado conhecimento aos setores de pessoal da Secretaria da Segurança Pública, para as devidas anotações.

Capítulo VI

DA INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR

Art. 240 — A investigação preliminar, procedida pela Assessoria de Assuntos Internos da Polícia Civil, quando verificada a infringência de norma legal ou regulamentar, poderá servir de base à instauração da sindicância prevista pelo artigo 241 ou do processo disciplinar, por decisão do Conselho da Polícia Civil.

Parágrafo único — A investigação preliminar, de caráter informal e sumariíssima, será iniciada de ofício ou por determinação do Delegado Geral da Polícia Civil.

Capítulo VII

DA SINDICÂNCIA

Art. 241 — A sindicância, que precederá a imposição das penas de advertência, repreensão, suspensão, destituição de função e remoção compulsória, consiste na apuração de fato constitutivo de transgressão disciplinar.

Parágrafo único — A sindicância destina-se, ainda, a apurar a responsabilidade do servidor policial civil, por danos de origem culposa ou dolosa causados à Fazenda Estadual.

Art. 242 — As autoridades policiais e os Diretores de unidades policiais que tomarem conhecimento de transgressões disciplinares, praticadas por servidores policiais civis que lhes sejam subordinados, deverão instaurar de imediato a sindicância, mediante portaria, anexando a esta, a documentação pertinente e a prova material da infração, se houver, e determinar a citação do sindicato para o interrogatório, com o prazo de três dias, devendo concluí-la em trinta dias, prorrogáveis mediante justificação, que será apreciada pelo Conselho da Polícia Civil.

§ 1.º — Se o servidor policial civil que cometeu a transgressão disciplinar não estiver sob sua subordinação, a autoridade comunicará o fato à que for competente.

§ 2.º — Se o fato constitutivo de transgressão disciplinar tiver sido cometido por servidores policiais civis subordinados a autoridades distintas, competirá a instauração da sindicância à autoridade que primeiro tomar conhecimento do fato, dando ciência às demais.

§ 3.º — Na sindicância serão ouvidas até cinco testemunhas, após o interrogatório do sindicato, o qual, encerrada a inquirição, poderá apresentar, no prazo de quarenta e oito horas, defesa escrita, juntando documentos e arrolando até mais cinco testemunhas.

§ 4.º — A autoridade sindicante poderá indeferir as diligências consideradas procrastinadoras ou desnecessárias à apuração do fato, em despacho fundamentado.

§ 5.º — Quando não for apresentada defesa pelo sindicato, ser-lhe-á nomeado defensor.

§ 6.º — Apresentada a defesa escrita e ouvidas as testemunhas arroladas, a autoridade concluirá a sindicância em três dias, indicando no relatório, os dispositivos violados, e opinando pela imposição da penalidade aplicável ou pela absolvição do sindicato.

Capítulo VIII

DO PROCESSO DISCIPLINAR

Art. 243 — O processo disciplinar precederá à aplicação das penas de demissão, cassação de aposentadoria e disponibilidade.

Art. 244 — Compete ao Conselho da Polícia Civil a instauração do processo disciplinar, “ex-officio”, mediante representação fundamentada, investigação preliminar, por provocação de qualquer autoridade policial ou através de sindicância.

§ 1.º — Haverá até cinco Comissões Permanentes de Disciplina designadas pelo Conselho da Polícia Civil, integradas por 3 (três) servidores policiais civis, estáveis, das carreiras de nível superior e presididas por Delegado de Polícia, preferencialmente da classe mais elevada, sem prejuízo das respectivas funções.

§ 2.º — O processo disciplinar será procedido por uma das Comissões Permanentes de Disciplina, mediante distribuição por sorteio.

§ 3.º — O Presidente da Comissão Permanente de Disciplina designará o Secretário, entre servidores policiais civis estáveis, dando conhecimento ao Departamento da Polícia Civil,

para efeito de anotações.

§ 4.º — Os membros das Comissões Disciplinares terão o mandato de doze meses, podendo ser reconduzidos.

§ 5.º — Por motivo relevante, o Conselho da Polícia Civil poderá substituir qualquer membro da Comissão Disciplinar.

§ 6.º — No caso do parágrafo anterior, o substituto completará o mandato do substituído.

§ 7.º — Os membros das Comissões Disciplinares ficarão vinculados aos procedimentos iniciados sob a sua responsabilidade, até a conclusão respectiva.

Art. 245 — O Conselho da Polícia Civil, “ex-officio” ou mediante proposta da Comissão Disciplinar, poderá suspender preventivamente o servidor policial civil acusado em procedimento disciplinar, com perda de 1/3 (um terço) dos vencimentos, por prazo não superior a 60 (sessenta) dias.

Parágrafo único — Poderá ser afastado preventivamente das funções, sem prejuízo dos vencimentos, até completa apuração dos fatos, o servidor policial civil ao qual for imputada infração disciplinar, que, por sua natureza, aconselhe tal providência.

Art. 246 — O acusado será citado pessoalmente para ser interrogado sobre as causas da indicição, em data previamente designada, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, prazo este, durante o qual os autos poderão ser examinados na Secretaria da Comissão, por defensor constituído.

Art. 247 — Achando-se o acusado em lugar incerto, ignorado ou inacessível, far-se-á a citação por edital, publicado no Diário Oficial do Estado, com o prazo mínimo de 10 (dez) dias, a contar da publicação.

Art. 248 — O acusado poderá arrolar testemunhas até o número de cinco, dentro de três dias após o interrogatório.

§ 1.º — A juntada de documentos será permitida a qualquer tempo, até as alegações finais.

§ 2.º — Em qualquer fase do processo disciplinar será permitida a intervenção de defensor constituído, sem prejuízo dos atos já realizados.

§ 3.º — Ao acusado revel será nomeado defensor.

Art. 249 — A Comissão Disciplinar na realização de diligências necessárias, poderá requisitar de qualquer autoridade e entidades públicas ou privadas, elementos visando o esclarecimento da verdade e ouvir até cinco testemunhas.

§ 1.º — As testemunhas serão inquiridas pelo Presidente da Comissão, podendo ser reperguntadas pelos demais membros e defensor do acusado, se este estiver presente.

§ 2.º — Na redação dos depoimentos, o Presidente da Comissão deverá cingir-se, o máximo possível, às expressões usadas pelas testemunhas, reproduzindo fielmente o que elas disserem.

§ 3.º — O Presidente da Comissão poderá indeferir diligências requeridas pelo defensor do acusado, se desnecessárias ou protelatórias, ou determinar as que julgar convenientes à apuração da verdade.

Art. 250 — Concluída a instrução, o acusado terá cinco dias para as alegações finais, a partir da data da notificação.

Art. 251 — Findo o prazo do artigo anterior, a Comissão Disciplinar, dentro de cinco dias, remeterá os autos do processo disciplinar ao Conselho da Polícia Civil, com relatório conclusivo, especificando as normas legais transgredidas e as providências ou penalidades cabíveis.

Art. 252 — Verificando a Comissão Disciplinar configurar-se fato que tipifique ilícito penal, encaminhará, obrigatoriamente, as peças necessárias ao Delegado Geral da Polícia Civil, por cópia, para instauração do respectivo inquérito policial.

Art. 253 — O prazo para a conclusão do processo disciplinar será de trinta dias, contados da citação do acusado, prorrogável pelo Conselho de Polícia Civil em o máximo de noventa

dias.

Art. 254 — A Comissão de Processo Disciplinar poderá solicitar às autoridades policiais a adoção de meios compulsórios para o comparecimento de testemunhas que devam depor ou ser acareadas e a isso se recusem.

Art. 255 — Nenhum servidor policial civil poderá recusar-se a prestar depoimento, ser acareado ou executar trabalho de sua competência, se requisitado pela Comissão Disciplinar, salvo impossibilidade comprovada.

Art. 256 — Se houver dúvida sobre a integridade mental do acusado, em qualquer fase do processo disciplinar, será ele submetido a exame por junta médica especialmente designada.

Parágrafo único — Se reconhecida a inimizabilidade do acusado, servirá o procedimento disciplinar para instruir o processo de aposentadoria, se for o caso.

Art. 257 — A Comissão Disciplinar poderá, ainda, sugerir quaisquer providências que se apresentem adequadas ou de interesse para o serviço, bem como, apontar fatos que hajam chegado ao seu conhecimento no curso da instrução e devam ser apurados em procedimento distinto.

§ 1.º — O processo disciplinar será formalizado em duas vias, ficando a primeira arquivada no Conselho da Polícia Civil, contendo, obrigatoriamente, índice descritivo dos elementos probatórios, sempre que não seja possível juntá-los.

§ 2.º — Decorridos cinco anos após o encerramento do processo disciplinar, a via referida no parágrafo anterior, será remetida ao Departamento Estadual do Arquivo e Microfilmagem, para os devidos fins.

§ 3.º — A Corregedoria da Polícia Civil, por sua vez e para controle, prontuariará a segunda via em poder da Comissão Permanente de Disciplina.

Art. 258 — Autuado em flagrante o servidor policial civil, ou indiciado em inquérito policial pela prática de crime previsto nos incisos do art. 230, desta lei, a autoridade policial remeterá cópia das respectivas peças ao Conselho da Polícia Civil, para a instauração de processo disciplinar.

Art. 259 — O servidor policial civil só poderá ser exonerado a pedido, após absolvição em procedimento disciplinar a que estiver respondendo.

Art. 260 — O servidor policial civil terá direito:

- I — à contagem de tempo de serviço relativo ao período em que haja estado preso ou suspenso preventivamente, quando de processo disciplinar resultar absolvição ou pena de advertência ou repreensão;
- II — à contagem do período de afastamento que exceder do prazo de suspensão disciplinar aplicada; e
- III — à contagem do período de prisão administrativa ou suspensão preventiva e ao pagamento do vencimento e de todas as vantagens do exercício, desde que reconhecida a sua inocência.

Capítulo IX

DA PRISÃO ADMINISTRATIVA

Art. 261 — Cabe ao Delegado Geral da Polícia Civil, aos Diretores e em casos urgentes, aos Delegados de Polícia em geral, ordenarem mediante despacho fundamentado, a prisão administrativa de servidores policiais civis responsáveis por dinheiro ou valores pertencentes à Fazenda Estadual ou que se acharem sob a guarda destes, no caso de alcance, desvio ou omissão no recolhimento, devolução ou prestação de contas, no prazo devido.

§ 1.º — A prisão será comunicada imediatamente à autoridade judiciária e ao Conselho da Polícia Civil, que instaurará o processo disciplinar.

§ 2.º — A prisão administrativa não excederá de noventa dias e, enquanto durar, o servidor policial civil perderá um terço

dos vencimentos.

Capítulo X

DA PRISÃO ESPECIAL

Art. 262 — Preso preventivamente, em flagrante ou em virtude de pronúncia, o servidor policial civil permanecerá em prisão especial, durante o curso da ação penal e até que a sentença transite em julgado.

§ 1.º — O servidor policial civil nas condições deste artigo, ficará recolhido à sala especial da unidade policial em que sirva, sob a responsabilidade do seu chefe, sendo-lhe defeso exercer qualquer atividade funcional, ou sair da unidade, sem expressa autorização do Juízo de Direito a cuja disposição se encontre.

§ 2.º — Publicado no “Diário Oficial”, o ato de demissão, será o ex-servidor policial civil encaminhado, desde logo, ao estabelecimento penal que for determinado, onde permanecerá em sala especial, sem qualquer contato com os demais presos não sujeitos ao mesmo regime e, uma vez condenado, cumprirá a pena que lhe haja sido imposta, nas condições do parágrafo seguinte.

§ 3.º — Transitado em julgado a sentença condenatória, será o servidor policial civil encaminhado a estabelecimento prisional onde cumprirá a pena em dependência isolada dos demais presos não abrangidos por esse regime, mas sujeito a um sistema disciplinar próprio.

Capítulo XI

DO RECURSO

Art. 263 — Caberá recurso, em petição fundamentada, no prazo de cinco dias, contados da data da publicação da deliberação punitiva ou de proposta de aplicação de pena, ao Secretário de Estado da Segurança Pública.

Art. 264 — O presidente do Conselho da Polícia Civil, atendidas as condições especiais do caso, poderá, ao receber o recurso, dar-lhe efeito suspensivo.

Art. 265 — Recebido o recurso, será este anexado aos respectivos autos de sindicância ou processo disciplinar, e devidamente processado, instruído e informado por Comissão de três Conselheiros designados pelo Presidente do Conselho da Polícia Civil, sorteando-se entre eles o Relator, não podendo dela participar o Conselheiro Relator dos autos que ensejou a punição ou proposta de aplicação de pena.

Art. 266 — O recurso só poderá ser recebido se tempestivo e se fundamentado em matéria que anuncie:

- a) - erro de forma,
- b) - erro de individualização; ou
- c) - omissão ou equívoco do dispositivo de lei.

Capítulo XII

DA REVISÃO DO PROCESSO DISCIPLINAR

Art. 267 — A qualquer tempo, pode ser requerida a revisão de processo disciplinar de que haja resultado pena disciplinar, quando forem aduzidas circunstâncias suscetíveis de modificar o julgamento.

§ 1.º — Não constitui fundamento para revisão a simples alegação de injustiça da penalidade.

§ 2.º — Será indeferido “in limine” o pedido, se não for devidamente fundamentado.

§ 3.º — A revisão poderá ser requerida pelo cônjuge, descendente, ascendente ou irmão do servidor policial civil, se este houver falecido ou tiver sido declarado ausente ou incapaz.

Art. 268 — O pedido será dirigido ao Presidente do Con-

selho da Polícia Civil que, se o deferir, designará, Comissão Revisora para proceder a revisão, observando quanto à composição, o disposto no art. 244, § 1.º, desta lei.

Prágrafo único — Não poderá ser membro da Comissão Revisora, quem tiver participado da Comissão Disciplinar vinculada ao procedimento administrativo em revisão.

Art. 269 — Apensado o pedido ao processo disciplinar a ser revisto, terá início, dentro de dez dias, a produção das provas indicadas pelo requerente, em prazo não superior a trinta dias.

§ 1.º — Concluída a instrução, será aberta vista ao requerente, pelo prazo de cinco dias, para as alegações.

§ 2.º — Decorrido o prazo do parágrafo anterior, a Comissão Revisora, dentro de cinco dias, encaminhará o processo, com relatório conclusivo, ao Conselho da Polícia Civil.

§ 3.º — O Conselho da Polícia Civil deliberará em dez dias e, se não lhe couber a decisão, o encaminhará à autoridade competente.

Art. 270 — Julgada procedente a revisão, tornar-se-á sem efeito a penalidade imposta, com pleno ressarcimento dos direitos por ela atingidos.

Capítulo XIII

DA PRESCRIÇÃO

Art. 271 — Prescreverá:

I — em dois anos, a transgressão punível com a pena de advertência, repreensão ou suspensão; e

II — em cinco anos, a transgressão punível com a cassação de aposentadoria, disponibilidade e de demissão.

Art. 272 — O prazo de prescrição contar-se-á do dia em que a transgressão se consumou.

§ 1.º — Nos casos de transgressões permanentes ou continuadas, o prazo de prescrição contar-se-á do dia em que cessou a permanência ou continuação.

§ 2.º — Quando ocorrerem circunstâncias que impeçam o imediato conhecimento de existência de transgressão, o tempo inicial da prescrição será o dia em que a autoridade competente dela tomar conhecimento.

§ 3.º — A transgressão também prevista como crime, prescreverá nos mesmos prazos estipulados pela lei penal.

§ 4.º — A citação do sindicato ou acusado interrompe o curso do prazo prescricional.

TÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 273 — Os funcionários não pertencentes às carreiras policiais, quando em exercício em qualquer das unidades enumeradas no art. 5.º, ficarão, igualmente, sujeitos ao regime disciplinar estabelecido nesta lei.

Art. 274 — Os integrantes das carreiras policiais civis terão regime especial de trabalho, em bases de vencimentos fixados por lei, levando-se em conta a natureza específica das funções e condições para seu exercício, os riscos a ela inerentes, a irregularidade dos horários de trabalho, sujeitos a plantões noturnos e chamados a qualquer hora, bem como, a proibição legal do exercício de outras atividades remuneradas, ressalvado o magistério policial.

§ 1.º — A jornada de trabalho é de quarenta horas semanais e os horários normais de trabalho serão fixados em regulamento.

§ 2.º — Para os serviços realizados em forma de rodízio ou dependente de escala, o horário de trabalho, bem como, o os períodos de descanso, serão fixados na medida das necessidades do serviço policial e da natureza das funções.

Art. 275 — As Delegacias de Polícia instaladas nas sedes de Comarcas, serão obrigatoriamente chefiadas por Delegado de Polícia de Carreira.

§ 1.º — O servidor policial civil poderá ser designado para qualquer município, observada, sempre que possível, a correspondência da classe funcional com a classificação da unidade policial.

§ 2.º — Na existência de servidor policial civil, é vedado o preenchimento de funções policiais por pessoal estranho ao Quadro de Pessoal da Polícia Civil.

Art. 276 — Toda atividade vinculada à função policial ou dela decorrente, inclusive os cursos ministrados pela Escola de Polícia Civil, serão avaliados pelo Conselho da Polícia Civil.

§ 1.º — Os cursos de formação e de aperfeiçoamento ministrados pela Escola de Polícia Civil, são de caráter obrigatório e complementares ao exercício e progressão funcionais.

§ 2.º — A autoridade policial ou Chefe de unidade que omitir ou declarar falsamente sobre a conduta do aluno estagiário, será responsabilizada funcionalmente, sem prejuízo de medidas penais.

Art. 277 — O servidor policial civil notificado de sua matrícula “ex-officio” em determinado curso, terá de comparecer à Escola de Polícia Civil na data prevista para a apresentação, vedada a concessão de férias ou licença, a não ser por motivo de saúde, no período respectivo.

Art. 278 — Durante os cursos, os servidores policiais civis neles matriculados, poderão ser designados para unidades policiais que tornem possível a sua frequência às aulas, exceto nos casos de matrícula em cursos intensivos, quando o servidor policial civil passará à disposição da Escola de Polícia Civil.

Art. 279 — Nenhum servidor policial civil poderá desempenhar atribuições diversas das pertinentes à classe a que pertence, salvo quando se tratar de cargo em comissão, de serviço relevante ou de segurança, a critério do Conselho da Polícia Civil, respeitado ainda o contido nesta lei.

Art. 280 — Será instituída a Medalha Tiradentes, conferida a policiais nacionais ou estrangeiros que houverem prestado serviços notáveis à organização policial ou que se hajam distinguido no exercício da profissão e a Medalha de Serviços Relevantes à Polícia Civil, destinada, também a agraciar personalidades nacionais ou estrangeiras que, no campo de suas atividades relacionadas com a segurança pública, tiverem destacada atuação.

Parágrafo único — As características e a concessão das Medalhas de que trata este artigo, serão regulamentadas por decreto governamental.

Art. 281 — O período máximo de permanência do Delegado de Polícia em uma unidade policial, mesmo como titular, é de três anos, podendo, em casos excepcionais, atendido o interesse do serviço, ser prorrogado por mais doze meses, ouvido o Conselho da Polícia Civil.

Art. 282 — O Conselho da Polícia Civil fará publicar no mês de janeiro de cada ano, o “Almanaque Policial Civil”, que conterá o tempo de serviço, elogios e punições de cada integrante do efetivo policial civil.

Art. 283 — Os termos e demais atos firmados pelos Delegados de Polícia, Peritos Oficiais e Escrivães de Polícia, em razão do cargo, têm fé pública.

Art. 284 — As autoridades policiais, seus agentes e auxiliares ficam obrigados a residir no município-sede da unidade policial em que prestam serviço ou onde lhes tenha sido permitido, não podendo afastar-se sem prévia autorização superior, salvo para atos e diligências de seus encargos.

Art. 285 — É incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor policial civil, a gratificação prevista no inciso I, do art. 84, desta lei, observado o disposto no art. 178, inciso II.

Art. 286 — Os funcionários estranhos ao Quadro de Pessoal da Polícia Civil, a disposição de unidades policiais, serão

obrigatoriamente recolhidos à repartição de origem, se sofrerem punições apuradas em procedimentos administrativos, disciplinares ou criminais.

Art. 287 — É vedado ao servidor policial civil, trabalhar sob as ordens do cônjuge ou parente até o segundo grau, salvo quando não houver na localidade outra unidade policial.

Art. 288 — O servidor policial civil invalidado ou morto, em consequência de lesões, acidentes ou moléstias contraídas no exercício da função policial, será promovido à classe imediatamente superior, independente da existência de vaga, que motivará o reajuste da pensão especial prevista no art. 184, desta lei.

Parágrafo único — Quando for impossível a promoção do servidor policial civil, por ser ocupante de cargo de final de carreira, ser-lhe-á atribuído o benefício correspondente à porcentagem fixada entre a penúltima e a última classe da carreira a que pertence.

Art. 289 — Às carreiras de Perito Criminal, Químico Legal, Toxicologista, Médico Legista, Perito Policial e Identificador Datiloscópico, poderão concorrer elementos do sexo feminino, tomando por base o percentual de cinco por cento sobre o total de cargos vagos na respectiva carreira.

Art. 290 — O Quadro de Pessoal da Polícia Civil do Estado é o constante do Anexo I, desta lei.

Art. 291 — Os vencimentos dos ocupantes de cargos das séries de classes das carreiras policiais civis, serão calculados, tomando-se por base o vencimento percebido pelo Delegado de Polícia de 1.ª classe, observados os índices percentuais estabelecidos na Tabela de Escalonamento Vertical contida no Anexo II, desta lei.

Art. 292 — Os funcionários, ou servidores policiais civis, que em 1.º de dezembro de 1980 estavam lotados ou à disposição da Central de Apoio, não abrangidos pelo disposto no art. 13 da Lei n.º 7424, de 18 de dezembro de 1980, poderão participar de processo seletivo interno para ingresso nos cargos previstos pelo Anexo III, desta lei, observado o seguinte:

I — que estejam exercendo comprovadamente as atribuições dos cargos constantes do Anexo III, por mais de dois anos, na data desta lei; e

II — que sejam aprovados em curso específico realizado pela Escola de Polícia Civil.

Parágrafo único — Concluído o processo seletivo, o Conselho da Polícia Civil procederá a sua avaliação e posterior encaminhamento ao Secretário de Estado da Segurança Pública, para homologação.

Art. 293 — As carreiras de Radiotécnico e de Radiocomunicador, passarão a denominar-se Técnico em Telecomunicações Policiais e Operador de Telecomunicações Policiais, respectivamente.

Art. 294 — A carreira de Investigador Criminal fica extinta, passando seus ocupantes à classe inicial de Detetive.

Art. 295 — O cargo de provimento em comissão de Diretor da Polícia Civil — símbolo DAS-2, que por esta lei passa a denominar-se Delegado Geral da Polícia Civil, será exercido obrigatoriamente por Bacharel em Direito, de preferência por ocupante de cargo de Delegado de Polícia da classe mais elevada.

§ 1.º — O titular do cargo de Subdiretor da Polícia Civil, que por esta lei passa a denominar-se Delegado Geral Adjunto da Polícia Civil, e os titulares da Corregedoria da Polícia Civil, da Assessoria Civil da SESP, da Secretaria Executiva da Polícia Civil, da Divisão de Polícia Científica, do Instituto de Identificação, das Divisões Policiais, das Inspetorias, do Centro de Operações Policiais Especiais, da Central de Apoio, da Secretaria Executiva do FUNRESPOL, da 1.ª Subdivisão Policial e do Centro de Triagem, serão escolhidos dentre os integrantes da carreira de Delegado de Polícia da classe mais elevada.

§ 2.º — Os titulares do Instituto Médico Legal e do Insti-

tuto de Criminalística serão escolhidos dentre os ocupantes das classes mais elevadas das carreiras de Médico Legista e Perito Criminal, respectivamente.

§ 3.º — Os titulares da Assessoria Técnica da Polícia Civil e da Escola de Polícia Civil serão escolhidos dentre ocupantes das classes mais elevadas das carreiras policiais civis de nível universitário.

Art. 296 — Os anexos que fazem parte integrante desta lei, são alteráveis por lei ordinária, observadas as formalidades específicas.

Art. 297 — São entidades representativas das carreiras policiais, aquelas que tenham sido declaradas de utilidade pública pelo Poder Executivo Estadual, não podendo manter nomenclatura que contenha nome da instituição: "Polícia Civil".

Art. 298 — Nas ações policiais cabe ao superior a responsabilidade integral das decisões que tomar ou de atos que praticar, inclusive de missões e ordens por ele expressamente determinadas.

Parágrafo único — No cumprimento da ordem emanada de autoridade superior, o agente executante não fica exonerado da responsabilidade pelos excessos que cometer.

Art. 299 — Os cargos de Comissário de Polícia, integrantes da respectiva classe única, serão extintos na medida em que vagarem.

Art. 300 — O Instituto de Polícia Técnica passa a denominar-se Instituto de Criminalística e o Centro de Polícia Científica, Divisão de Polícia Científica.

Art. 301 — Fica criado no Departamento da Polícia Civil, um cargo de provimento em Comissão, símbolo 1-C, de Diretor da Escola de Polícia Civil.

Art. 302 — A data de 21 de abril, dedicada a Tiradentes, Proto-Mártir da Independência do Brasil, Patrono da Polícia Civil, será assinalada com solenidades que proporcionem a confraternização do funcionalismo da Secretaria de Estado da Segurança Pública, sempre que possível através de entidades de classe.

Art. 303 — O Quadro de Pessoal da Polícia Civil poderá conter uma Parte Suplementar, com o objetivo de regulamentar a situação dos servidores policiais civis que, por motivo de aplicação de disposições estatutárias, devam ser deslocados de sua carreira.

Parágrafo único — A medida de que trata este artigo, poderá ser adotada por meio de lei ordinária de iniciativa do Poder Executivo.

Art. 304 — O Poder Executivo expedirá, em cento e oitenta dias, os atos complementares à plena execução das disposições do presente Estatuto.

Art. 305 — Esta Lei Complementar denominar-se-á "ESTATUTO DA POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ".

Art. 306 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas a Lei Complementar n.º 3, de 14 de maio de 1974, e demais disposições em contrário.

Anexos:

ANEXO I
QUADRO DE PESSOAL DA POLÍCIA CIVIL
ARTIGO 291 DESTA LEI

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO PROPOSTA			
CARREIRAS	CLASSES	Nº DE CARGOS	CARREIRAS	CLASSES	Nº DE CARGOS	ACESSO
Delegado de Polícia	1ª classe	40	Delegado de Polícia	1ª classe	40	
Delegado de Polícia	2ª classe	80	Delegado de Polícia	2ª classe	80	
Delegado de Polícia	3ª classe	120	Delegado de Polícia	3ª classe	120	
Delegado de Polícia	4ª classe	160	Delegado de Polícia	4ª classe	160	
		400			400	
Detetive	1ª classe	20	Detetive	1ª classe	30	
Detetive	2ª classe	40	Detetive	2ª classe	60	
Detetive	3ª classe	60	Detetive	3ª classe	90	
Detetive	4ª classe	80	Detetive	4ª classe	120	
		200			300	
Investigador Criminal	1ª classe	20	Passam para a 4ª classe de Detetive			
Investigador Criminal	2ª classe	40				
Investigador Criminal	3ª classe	60				
Investigador Criminal	4ª classe	80				
		200				
Agente de Segurança	1ª classe	170	Agente de Segurança	1ª classe	180	Detetive de 4ª cla
Agente de Segurança	2ª classe	340	Agente de Segurança	2ª classe	360	
Agente de Segurança	3ª classe	510	Agente de Segurança	3ª classe	540	
Agente de Segurança	4ª classe	680	Agente de Segurança	4ª classe	720	
		1.700			1.800	
Motorista Policial	1ª classe	50	Motorista Policial	1ª classe	50	
Motorista Policial	2ª classe	100	Motorista Policial	2ª classe	100	
Motorista Policial	3ª classe	150	Motorista Policial	3ª classe	150	
Motorista Policial	4ª classe	200	Motorista Policial	4ª classe	200	
		500			500	
Escrivão de Polícia	1ª classe	72	Escrivão de Polícia	1ª classe	72	
Escrivão de Polícia	2ª classe	144	Escrivão de Polícia	2ª classe	144	
Escrivão de Polícia	3ª classe	216	Escrivão de Polícia	3ª classe	216	
Escrivão de Polícia	4ª classe	288	Escrivão de Polícia	4ª classe	288	
		720			720	
Médico Legista	1ª classe	08	Médico Legista	1ª classe	08	
Médico Legisata	2ª classe	16	Médico Legista	2ª classe	16	
Médico Legisata	3ª classe	24	Médico Legista	3ª classe	24	
Médico Legista	4ª classe	32	Médico Legista	4ª classe	32	
		80			80	
Perito Criminal	1ª classe	08	Perito Criminal	1ª classe	08	
Perito Criminal	2ª classe	16	Perito Criminal	2ª classe	16	
Perito Criminal	3ª classe	24	Perito Criminal	3ª classe	24	
Perito Criminal	4ª classe	32	Perito Criminal	4ª classe	32	
		80			80	
Químico Legal	1ª classe	02	Químico Legal	1ª classe	02	
Químico Legal	2ª classe	04	Químico Legal	2ª classe	04	
Químico Legal	3ª classe	06	Químico Legal	3ª classe	06	
Químico Legal	4ª classe	08	Químico Legal	4ª classe	08	
		20			20	
Toxicologista	1ª classe	02	Toxicologista	1ª classe	02	
Toxicologista	2ª classe	04	Toxicologista	2ª classe	04	
Toxicologista	3ª classe	06	Toxicologista	3ª classe	06	
Toxicologista	4ª classe	08	Toxicologista	4ª classe	08	
		20			20	

Perito Policial	1ª classe	08	Perito Policial	1ª classe	08	Perito Criminal de 4ª classe
Perito Policial	2ª classe	16	Perito Policial	2ª classe	16	
Perito Policial	3ª classe	24	Perito Policial	3ª classe	24	
Perito Policial	4ª classe	32	Perito Policial	4ª classe	32	
		80			80	
Datiloscopista	1ª classe	10	Datiloscopista	1ª classe	10	
Datiloscopista	2ª classe	20	Datiloscopista	2ª classe	20	
Datiloscopista	3ª classe	30	Datiloscopista	3ª classe	30	
Datiloscopista	4ª classe	40	Datiloscopista	4ª classe	40	
		100			100	
			Ident. Datiloscópico	1ª classe	20	Datiloscopista de 4ª classe
			Ident. Datiloscópico	2ª classe	40	
			Ident. Datiloscópico	3ª classe	60	
			Ident. Datiloscópico	4ª classe	80	
					200	
Radiotécnico	1ª classe	03	Téc. em Telec. Pol.	1ª classe	03	
Radiotécnico	2ª classe	06	Téc. em Telec. Pol.	2ª classe	06	
Radiotécnico	3ª classe	09	Téc. em Telec. Pol.	3ª classe	09	
Radiotécnico	4ª classe	12	Téc. em Telec. Pol.	4ª classe	12	
		30			30	
Radiocomunicador	1ª classe	15	Oper. em Telec. Pol.	1ª classe	20	Técnico em Telecomunicações Policial de 4ª classe
Radiocomunicador	2ª classe	30	Oper. em Telec. Pol.	2ª classe	40	
Radiocomunicador	3ª classe	45	Oper. em Telec. Pol.	3ª classe	60	
Radiocomunicador	4ª classe	60	Oper. em Telec. Pol.	4ª classe	80	
		150			200	
			Téc. em Manut. Policial	1ª classe	03	
			Téc. em Manut. Policial	2ª classe	06	
			Téc. em Manut. Policial	3ª classe	09	
			Téc. em Manut. Policial	4ª classe	12	
					30	
			Aux. em Manut. Policial	1ª classe	10	Técnico em Manutenção Policial de 4ª classe
			Aux. em Manut. Policial	2ª classe	20	
			Aux. em Manut. Policial	3ª classe	30	
			Aux. em Manut. Policial	4ª classe	40	
					100	
			Carcereiro	1ª classe	30	
			Carcereiro	2ª classe	60	
			Carcereiro	3ª classe	90	
			Carcereiro	4ª classe	120	
					300	
Auxiliar de Necrópsia	1ª classe	03	Auxiliar de Necrópsia	1ª classe	03	
Auxiliar de Necrópsia	2ª classe	06	Auxiliar de Necrópsia	2ª classe	06	
Auxiliar de Necrópsia	3ª classe	09	Auxiliar de Necrópsia	3ª classe	09	
Auxiliar de Necrópsia	4ª classe	12	Auxiliar de Necrópsia	4ª classe	12	
		30			30	
Servente de Necrópsia	1ª classe	03	Servente de Necrópsia	1ª classe	03	
Servente de Necrópsia	2ª classe	06	Servente de Necrópsia	2ª classe	06	
Servente de Necrópsia	3ª classe	09	Servente de Necrópsia	3ª classe	09	
Servente de Necrópsia	4ª classe	12	Servente de Necrópsia	4ª classe	12	
		30			30	
Inv. Crim. Feminino	1ª classe	01	Detetive Feminino	1ª classe	01	
Inv. Crim. Feminino	2ª classe	02	Detetive Feminino	2ª classe	02	
Inv. Crim. Feminino	3ª classe	03	Detetive Feminino	3ª classe	03	
Inv. Crim. Feminino	4ª classe	04	Detetive Feminino	4ª classe	04	
		10			10	

Escriv. de Pol. Fem.	1ª classe	05	Escriv. de Pol. Fem.	1ª classe	05	
Escriv. de Pol. Fem.	2ª classe	10	Escriv. de Pol. Fem.	2ª classe	10	
Escriv. de Pol. Fem.	3ª classe	15	Escriv. de Pol. Fem.	3ª classe	15	
Escriv. de Pol. Fem.	4ª classe	20	Escriv. de Pol. Fem.	4ª classe	20	
		50			50	
Agente de Seg. Feminino	1ª classe	15	Agente de Seg. Feminino	1ª classe	15	Detetive Feminino de 4ª classe
Agente de Seg. Feminino	2ª classe	30	Agente de Seg. Feminino	2ª classe	30	
Agente de Seg. Feminino	3ª classe	45	Agente de Seg. Feminino	3ª classe	45	
Agente de Seg. Feminino	4ª classe	60	Agente de Seg. Feminino	4ª classe	60	
		150			150	
Datiloscopista Fem.	1ª classe	10	Datiloscopista Fem.	1ª classe	10	
Datiloscopista Fem.	2ª classe	20	Datiloscopista Fem.	2ª classe	20	
Datiloscopista Fem.	3ª classe	30	Datiloscopista Fem.	3ª classe	30	
Datiloscopista Fem.	4ª classe	40	Datiloscopista Fem.	4ª classe	40	
		100			100	

ANEXO II
TABELA DE ESCALONAMENTO VERTICAL DO PESSOAL DA POLÍCIA
CIVIL A QUE SE REFERE O ARTIGO 290, DESTA LEI

CARREIRAS	CLASSES	ÍNDICES
DELEGADO DE POLÍCIA	1ª classe	100
DELEGADO DE POLÍCIA	2ª classe	91
DELEGADO DE POLÍCIA	3ª classe	82
DELEGADO DE POLÍCIA	4ª classe	78
MÉDICO LEGISTA	1ª classe	84
MÉDICO LEGISTA	2ª classe	80
MÉDICO LEGISTA	3ª classe	76
MÉDICO LEGISTA	4ª classe	72
PERITO CRIMINAL	1ª classe	84
PERITO CRIMINAL	2ª classe	80
PERITO CRIMINAL	3ª classe	76
PERITO CRIMINAL	4ª classe	72
QUÍMICO LEGAL	1ª classe	84
QUÍMICO LEGAL	2ª classe	80
QUÍMICO LEGAL	3ª classe	76
QUÍMICO LEGAL	4ª classe	72
TOXICOLOGISTA	1ª classe	84
TOXICOLOGISTA	2ª classe	80
TOXICOLOGISTA	3ª classe	76
TOXICOLOGISTA	4ª classe	72
COMISSÁRIO DE POLÍCIA	Classe única	60
DETETIVE	1ª classe	53
DETETIVE	2ª classe	50
DETETIVE	3ª classe	47
DETETIVE	4ª classe	44
ESCRIVÃO DE POLÍCIA	1ª classe	52
ESCRIVÃO DE POLÍCIA	2ª classe	48
ESCRIVÃO DE POLÍCIA	3ª classe	44
ESCRIVÃO DE POLÍCIA	4ª classe	40
PERITO POLICIAL	1ª classe	60
PERITO POLICIAL	2ª classe	58
PERITO POLICIAL	3ª classe	56
PERITO POLICIAL	4ª classe	54
AGENTE DE SEGURANÇA	1ª classe	30
AGENTE DE SEGURANÇA	2ª classe	27
AGENTE DE SEGURANÇA	3ª classe	25
AGENTE DE SEGURANÇA	4ª classe	23
DATILOCOPISTA	1ª classe	44
DATILOCOPISTA	2ª classe	38
DATILOCOPISTA	3ª classe	34
DATILOCOPISTA	4ª classe	30

TÉC. EM TELEC. POLICIAL	1ª classe	38
TÉC. EM TELEC. POLICIAL	2ª classe	36
TÉC. EM TELEC. POLICIAL	3ª classe	33
TÉC. EM TELEC. POLICIAL	4ª classe	31
TÉC. EM MANUT. POLICIAL	1ª classe	38
TÉC. EM MANUT. POLICIAL	2ª classe	36
TÉC. EM MANUT. POLICIAL	3ª classe	33
TÉC. EM MANUT. POLICIAL	4ª classe	31
IDENT. DATILOSCOPISTA	1ª classe	25
IDENT. DATILOSCOPISTA	2ª classe	23
IDENT. DATILOSCOPISTA	3ª classe	21
IDENT. DATILOSCOPISTA	4ª classe	19
OPER. TELEC. POLICIAL	1ª classe	25
OPER. TELEC. POLICIAL	2ª classe	23
OPER. TELEC. POLICIAL	3ª classe	21
OPER. TELEC. POLICIAL	4ª classe	19
MOTORISTA POLICIAL	1ª classe	29
MOTORISTA POLICIAL	2ª classe	26
MOTORISTA POLICIAL	3ª classe	23
MOTORISTA POLICIAL	4ª classe	21
CARCEREIRO	1ª classe	25
CARCEREIRO	2ª classe	23
CARCEREIRO	3ª classe	21
CARCEREIRO	4ª classe	19
AUX. EM MANUT. POLICIAL	1ª classe	25
AUX. EM MANUT. POLICIAL	2ª classe	23
AUX. EM MANUT. POLICIAL	3ª classe	21
AUX. EM MANUT. POLICIAL	4ª classe	19
AUXILIAR DE NECRÓPSIA	1ª classe	23
AUXILIAR DE NECRÓPSIA	2ª classe	22
AUXILIAR DE NECRÓPSIA	3ª classe	21
AUXILIAR DE NECRÓPSIA	4ª classe	20
SERVENTE DE NECRÓPSIA	1ª classe	21
SERVENTE DE NECRÓPSIA	2ª classe	19
SERVENTE DE NECRÓPSIA	3ª classe	17
SERVENTE DE NECRÓPSIA	4ª classe	15

ANEXO III
Aproveitamento a que se refere o artigo 292, desta Lei

SITUAÇÃO ANTERIOR	SITUAÇÃO NOVA	CARGOS VAGOS	ATRIBUIÇÕES
FUNCIONÁRIOS DA CENTRAL DE APOIO DA POLÍCIA CIVIL	Técnico em Manutenção Policial	30	Orientação, controle e execução de serviços gerais de manutenção e de segurança de veículos policiais.
	Auxiliar de Manutenção Policial	100	Execução de serviços gerais de manutenção e de segurança de veículos policiais.
	Técnico em Telecomunicações Policiais	30	Orientação, controle e execução de serviços de manutenção de equipamentos policiais de telecomunicações.
	Operador de Telecomunicações Policiais	186	Execução e funcionamento de serviços policiais de telecomunicações.